

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG ERIC JORGE ABDALLA DE MELO

**A DIPLOMACIA COMO PARTE DA DEFESA NACIONAL:  
A necessidade de integração entre diplomacia e defesa,  
para a consecução dos interesses nacionais, e o prisma da  
diplomacia naval do Brasil**

Rio de Janeiro

2024

CMG ERIC JORGE ABDALLA DE MELO

**A DIPLOMACIA COMO PARTE DA DEFESA NACIONAL:  
A necessidade de integração entre diplomacia e defesa,  
para a consecução dos interesses nacionais, e o prisma da  
diplomacia naval do Brasil**

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG MARCELO RIBEIRO DE SOUSA

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2024

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este projeto a todos os professores e instrutores que influenciaram minha trajetória. Em especial ao meu orientador e ao Comandante Nagashima, com quem compartilhei minhas dúvidas e angústias a respeito da obra.

## **AGRADECIMENTO**

Quero expressar minha profunda gratidão a todos que colaboraram para a conclusão deste trabalho acadêmico. Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder a sabedoria para superar os desafios e cumprir a honrosa missão de adquirir conhecimento. À minha esposa Márcia e filhos Deric e Dreic, pelo amor e apoio incondicional, mesmo nos momentos em que estive ausente por inúmeras vezes. Por fim, sou grato ao Diretor da Escola de Guerra Naval e sua tripulação, pelo suporte imprescindível ao meu crescimento profissional e intelectual.

Com sincera gratidão.

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo propor uma análise abrangente e integrada das relações entre diplomacia e defesa nacional, abordando tanto aspectos teóricos quanto práticos dessas interações, identificando os benefícios, desafios e estratégias para uma sinergia de sucesso entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa, bem como sugestões para incrementar a diplomacia naval no contexto da Marinha do Brasil. Para isso, o trabalho está estruturado em seis capítulos. Teoricamente, a tese explora o realismo, o liberalismo e o construtivismo. A integração entre diplomacia e defesa, sob várias perspectivas teóricas, destaca-se por sua capacidade de combinar a força militar com a negociação diplomática para alcançar objetivos nacionais, contribuir para a estabilidade e promover a segurança global. No realismo, é vista como uma forma estratégica de dissuasão e formação de alianças. No liberalismo, reforça a cooperação internacional e operações de manutenção da paz. Na visão construtivista, ajuda a ver narrativas de segurança nacional. Além disso, a tese analisa como as organizações devem equilibrar especialização, departamentalização, cadeia de comando, amplitude de controle, tomada de decisão e formalização para maximizar eficiência operacional e objetivos estratégicos baseadas na cultura organizacional e condições do ambiente.

**Palavras-chave:** Defesa. Diplomacia. Diplomacia Naval. Ministério da Defesa. Ministério das Relações Exteriores. Realismo. Liberalismo. Construtivismo. Cultura Organizacional. Estrutura Organizacional. Especialização do Trabalho. Departamentalização. Cadeia de Comando. Amplitude de Controle. Tomada de Decisão. Formalização.

## **ABSTRACT**

### **DIPLOMACY AS PART OF NATIONAL DEFENSE:**

#### **The need for integration between diplomacy and defense, to achieve national interests, and the prism of Brazilian naval diplomacy**

This thesis aims to propose a comprehensive and integrated analysis of the relations between diplomacy and national defense, addressing both theoretical and practical aspects of these interactions, identifying the benefits, challenges and strategies for a successful synergy between the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Defense, as well as suggestions for increasing naval diplomacy in the context of the Brazilian Navy. To this end, the work is structured in six chapters. Theoretically, this paper explores realism, liberalism and constructivism. The integration between diplomacy and defense, from various theoretical perspectives, stands out for its ability to combine military force with diplomatic negotiation to achieve national objectives, contribute to stability and promote global security. In realism, it is seen as a strategic form of deterrence and alliance formation. In liberalism, it reinforces international cooperation and peacekeeping operations. In the constructivist view, it helps to see national security narratives. Furthermore, the thesis analyzes how organizations should balance specialization, departmentalization, chain of command, span of control, decision making and formalization to maximize operational efficiency and strategic objectives based on organizational culture and environmental conditions.

**Keywords:** Defense. Diplomacy. Naval Diplomacy. Ministry of Defense. Ministry of Foreign Affairs. Realism. Liberalism. Constructivism. Organizational Culture. Organizational Structure. Work Specialization. Departmentalization. Chain of Command. Span of Control. Decision Making. Formalization.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NDS	<i>National Defense Strategy</i> (Estratégia de Defesa Nacional dos EUA)
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RAND	<i>Research and Development</i> (Pesquisa e Desenvolvimento)
SDSR	<i>Strategic Defense and Security Review</i> (Revisão Estratégica de Defesa e Segurança do Reino Unido)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
2.1	Teoria das Relações Internacionais .....	12
2.2	Os Fundamentos da Estrutura Organizacional .....	17
<b>3</b>	<b>A DIPLOMACIA E A DEFESA NA PERSPECTIVA ANALÍTICO-DESCRITIVA .....</b>	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>A DIPLOMACIA E A DEFESA NA PERSPECTIVA PRESCRITIVA .....</b>	<b>50</b>
<b>5</b>	<b>A DIPLOMACIA NAVAL .....</b>	<b>58</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A globalização e a crescente complexidade das ameaças modernas demandam uma abordagem mais integrada entre diplomacia e defesa para contribuir com a segurança e os interesses nacionais. Esta tese tem como objetivo analisar a importância dessa integração, identificando os benefícios, desafios e estratégias para uma sinergia de sucesso entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Defesa (MD), bem como sugestões para incrementar a diplomacia naval no contexto da Marinha do Brasil (MB).

O MD brasileiro foi criado em 10 de junho de 1999, em substituição aos Ministérios de cada Força (Marinha, Exército e Aeronáutica) e ao antigo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que atuou no período de 1946 a 1999 e que tratava dos assuntos militares de caráter Conjunto. Este foi substituído pelo Estado-Maior de Defesa, que deu origem ao atual Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA (subordinado ao MD<sup>1</sup>), criado em 2010.

A pesquisa trata, dialética e analiticamente, as relações entre o MRE e o Setor de Defesa. Dialética porque focaremos na relação entre o MRE e o MD (assuntos de convergências e divergências); e analítica porque poderemos identificar os pontos de inversão ou ruptura pontuais nas relações destas Instituições.

Em um mundo cada vez mais interconectado, a segurança nacional não pode depender exclusivamente do poder militar. A diplomacia desempenha um papel fundamental na prevenção de conflitos, construção de alianças e promoção da estabilidade global, conforme os teóricos Joseph Nye e Barry Buzan.

A integração entre diplomacia e defesa é essencial para a formulação de políticas de segurança mais abrangentes e robustas, garantindo a proteção dos interesses nacionais em um cenário internacional complexo e anárquico.

Como um dos instrumentos mais antigos e eficazes da projeção de poder e influência dos Estados, segundo Geoffrey Till, a diplomacia naval desempenha um papel central na interface entre defesa e relações exteriores. Ao longo da história, as

---

<sup>1</sup> (<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas>) Em ações conjuntas, as três Forças Armadas atuam sob a coordenação do EMCFA, órgão responsável pelo assessoramento do ministro da Defesa em operações e exercícios militares conjuntos e na atuação de forças nacionais em operações de paz. Cabe ao EMCFA coordenar programas de interoperabilidade entre as Forças Singulares, a fim de otimizar os meios militares na defesa do país, na segurança de fronteiras e em operações humanitárias e de resgate. Cabe um dos três Comandos Militares desempenhar funções específicas na defesa da integridade territorial e dos interesses da nação.

marinhas têm sido usadas não apenas para a defesa territorial, mas também como ferramentas diplomáticas que reforçam a presença nacional em regiões estratégicas, promovem a paz e a estabilidade e consolidam alianças.

A relevância da integração entre diplomacia e defesa tornou-se ainda mais evidente em cenários contemporâneos. A crescente disputa por recursos estratégicos, como ocorre no Mar do Sul da China, onde questões de soberania e segurança marítima envolvem tanto manobras diplomáticas quanto presença naval, é um exemplo claro de como a sinergia entre esses dois campos pode moldar os resultados. Nessas situações, a capacidade de combinar esforços entre defesa e diplomacia tem se mostrado fundamental para alcançar objetivos estratégicos e influenciar desfechos regionais e globais.

No contexto brasileiro, a ampliação das operações da Marinha do Brasil em áreas como o Atlântico Sul, somada à participação do país em fóruns internacionais sobre segurança marítima e proteção ambiental, como a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, reforça a importância de uma política de defesa integrada às iniciativas diplomáticas. Tais exemplos demonstram que a capacidade de projetar poder e influência de forma eficaz no cenário internacional depende de uma cooperação estreita entre os setores de defesa e relações exteriores, sendo essencial para a promoção e proteção dos interesses nacionais em um ambiente cada vez mais complexo.

Este trabalho contempla três questões de pesquisa que abarcam do século XX até os dias atuais. A primeira de interesse investigativo: Como os setores de diplomacia e de defesa interagiram; a segunda de cunho prescritivo: Que medidas institucionais e organizacionais poderiam o MRE e o MD implementar para aumentar a integração entre ambos; e a terceira, como a diplomacia naval brasileira pode ser incrementada, de forma a contribuir, cada vez mais, com a parceria entre os setores de defesa e relações exteriores. Para tal, o trabalho está estruturado em seis capítulos, iniciando com esta introdução.

No capítulo 2, é apresentado o apoio teórico atinente às relações internacionais, segurança nacional e integração entre diplomacia e defesa, por meio do realismo, liberalismo e construtivismo. São expostas, também, relações entre instituições e organizações, por meio do prisma dos fundamentos da estrutura organizacional.

No capítulo 3, é exibida uma análise a respeito de diversos aspectos da integração entre os setores de defesa e diplomacia.

No capítulo 4, são reveladas considerações atinentes à diplomacia e à defesa na perspectiva prescritiva.

No capítulo 5, são indicados aspectos da diplomacia naval e sugestões para o seu incremento na MB.

No capítulo 6, são apresentadas as conclusões do trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 As teorias das Relações Internacionais

O estudo das relações internacionais oferece uma base teórica rica para compreender a integração entre diplomacia e defesa. Enquanto uma política de defesa robusta garante a segurança estatal, a cooperação e as instituições internacionais promovem a paz.

Além disso, ideias e identidades exercem uma influência significativa nessas relações, moldando normas e valores compartilhados que orientam as interações entre os Estados. As teorias das relações internacionais consideram como essas influências impactam a prática diplomática e as estratégias de defesa.

Essas abordagens teóricas, particularmente os paradigmas do realismo, do liberalismo e do construtivismo, fornecem um arcabouço abrangente para a análise proposta neste trabalho. Em contraste, as teorias críticas, possuem menor aplicabilidade e aderência ao tema específico da integração entre diplomacia e defesa.

A teoria do realismo nas relações internacionais é uma abordagem que enfatiza a importância do poder militar e a inevitabilidade de conflitos no sistema internacional anárquico. Fundamentada por pensadores clássicos e modernos, esta teoria oferece uma perspectiva pragmática e cética sobre a natureza das relações entre os Estados.

O realismo parte da premissa de que o sistema internacional é anárquico, ou seja, não há uma autoridade central que regule as relações entre os Estados. Cada Estado, portanto, deve garantir a sua própria segurança e sobrevivência.

Dada a anarquia do sistema, o poder militar torna-se essencial para a defesa e a dissuasão. Os Estados devem estar preparados para utilizar a força, se necessário, para proteger os seus interesses e assegurar a sua sobrevivência.

O realismo vê as relações internacionais como intrinsecamente competitivas e conflituosas, onde os Estados buscam maximizar seu poder relativo. Conflitos são vistos como inevitáveis devido à busca incessante por segurança e poder.

Segundo Morgenthau (2003, p. 29), “a política internacional, como toda política, é uma luta de poder. Qualquer ação política deve ser entendida como uma tentativa de manter, aumentar ou demonstrar poder”. Hans Morgenthau, considerado um dos fundadores do realismo clássico, argumentou que a política internacional é governada por leis objetivas enraizadas na natureza humana, particularmente a busca pelo

poder. Em sua obra, ele destaca a importância do poder militar e a necessidade de uma política externa baseada em interesses nacionais racionais.

Segundo Waltz (1979, p. 88), “a estrutura do sistema internacional afeta o comportamento dos estados de maneira que, independentemente de suas características internas, eles agem de maneira semelhante”. Kenneth Waltz, um dos principais teóricos do neorealismo ou realismo estrutural, enfatizou a estrutura do sistema internacional como determinante do comportamento dos Estados e defendia que a distribuição do poder ou capacidades entre os Estados é o principal fator que influencia suas ações e políticas.

Maquiavel (2011, p. 47) afirmava que “os fins justificam os meios” e ofereceu conselhos pragmáticos sobre como os governantes devem agir para manter e aumentar seu poder. Embora não seja um teórico de relações internacionais no sentido moderno, suas ideias sobre a política e o poder influenciaram profundamente o pensamento realista.

Assim, o realismo advoga por uma política de segurança nacional robusta, onde a defesa e a diplomacia são coordenadas para maximizar a segurança e os interesses do Estado em um ambiente internacional marcado pela competição e pelo potencial de conflito.

A teoria do liberalismo nas relações internacionais destaca a importância da cooperação, das instituições multilaterais e da diplomacia como meios para alcançar a paz e a segurança global, em contraposição à perspectiva do realismo que enfatiza o conflito e a competição entre os Estados. Os liberais acreditam que os Estados podem, e devem, colaborar uns com os outros para resolver problemas comuns e promover o bem-estar coletivo.

De acordo com Kant (2008, p. 34), “a paz perpétua é um ideal que deve ser perseguido, embora nunca seja completamente alcançado” e a paz duradoura pode ser alcançada por meio da criação de uma federação de Estados republicanos que respeitem o direito e a liberdade dos indivíduos. Como um dos precursores do pensamento liberal, ele acreditava que a cooperação internacional e a criação de instituições globais poderiam prevenir guerras e promover a paz.

Segundo Wilson (1913, p. 37), “no princípio, por onde se mede a capacidade de qualquer nação para assegurar o bom governo e preservar os direitos dos cidadãos, está a medida de sua disposição para aceitar e manter um estado de direito”. Woodrow Wilson, ex-presidente dos EUA no período de 1913 a 1921 e um

dos principais defensores do liberalismo no século XX, foi um forte proponente da Liga das Nações, a primeira tentativa de criar uma organização internacional para manter a paz. Ele acreditava que a cooperação internacional e a diplomacia poderiam evitar conflitos e promover a estabilidade global.

Keohane e Nye (2001, p. 8) afirmam que “em um mundo de interdependência complexa, os estados não são os únicos atores importantes, e os objetivos de segurança nem sempre dominam a agenda internacional”. Robert Keohane e Joseph Nye são dois importantes teóricos contemporâneos do liberalismo. Eles desenvolveram a teoria da interdependência complexa, que argumenta que os Estados estão cada vez mais interligados por meio de diversas redes de interações econômicas, sociais e políticas. Segundo essa perspectiva, a guerra torna-se menos provável porque os custos e as interdependências entre os Estados aumentam, incentivando a cooperação.

Segundo Ikenberry (2001, p. 3), “a ordem internacional liberal é construída sobre princípios de abertura e regras, promovendo a cooperação entre as nações”. G. John Ikenberry é outro influente teórico liberal que argumenta que a ordem internacional liberal, baseada em regras e instituições, proporciona um ambiente onde a cooperação é mais provável do que o conflito. Ele acredita que as instituições multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), são fundamentais para a manutenção da paz e da ordem mundial.

Segundo o liberalismo, a diplomacia é essencial para a construção de alianças, a promoção do comércio e a solução pacífica de disputas. Por meio da diplomacia, os Estados podem negociar tratados, formar coalizões e resolver conflitos sem recorrer à força militar. A diplomacia, assim, é vista como um meio de fortalecer a cooperação internacional e garantir que os interesses comuns sejam alcançados de maneira pacífica.

Por exemplo, missões de paz da ONU, muitas vezes, combinam esforços diplomáticos com o envio de forças militares de mais de um Estado para estabilizar regiões em conflito. Essas missões são ilustrativas de como a diplomacia e a defesa podem trabalhar em conjunto para promover a paz e a segurança global, alinhando-se com os princípios do liberalismo.

Em essência, a teoria liberal das relações internacionais defende que a cooperação, as instituições multilaterais e a diplomacia são fundamentais para a

promoção da paz e da segurança global. A integração da diplomacia com a defesa permite que os Estados utilizem seus recursos de maneira mais eficaz para apoiar e fortalecer a ordem internacional baseada em regras e na cooperação mútua.

O construtivismo é uma teoria das relações internacionais que se concentra na importância das ideias, normas, identidades e discursos na formação da política internacional. Diferente do realismo e do liberalismo, que tendem a tratar os interesses e as identidades do Estado como dados, o construtivismo argumenta que esses elementos são socialmente construídos e, portanto, passíveis de mudança.

Segundo Wendt (1999, p. 395), “as identidades e interesses dos estados são construídos socialmente”. Alexander Wendt é um dos teóricos mais proeminentes do construtivismo, argumenta que a anarquia no sistema internacional não determina, necessariamente, o comportamento dos Estados. Em vez disso, são as interações sociais entre os Estados que moldam a natureza da anarquia e os interesses dos Estados são formados por meio dessas interações, destacando a importância das normas e das ideias na política global.

Segundo Onuf (1989, p. 54), “as relações internacionais são um sistema de práticas intersubjetivas”. Nicholas Onuf é creditado como um dos fundadores do construtivismo nas relações internacionais. Ele argumenta que as regras e as normas que governam o comportamento internacional são criadas por meio do discurso e das práticas sociais e introduz o conceito de “regras construtivas”, que moldam a identidade dos atores e as “regras regulativas”, que orientam o comportamento dos atores dentro do sistema.

Segundo Finnemore e Sikkink (1998, p. 894), “normas internacionais podem influenciar e moldar o comportamento dos estados”. Eles contribuíram, significativamente, para a teoria construtivista com o seu trabalho sobre normas internacionais, explorando como estas se desenvolvem, se disseminam e se internalizam nos Estados. Elas argumentam que normas não apenas regulam o comportamento, mas também reconstróem interesses e identidades dos Estados, mostrando como normas podem transformar a política internacional.

O construtivismo traz uma abordagem focada nas ideias, normas e identidades que moldam as políticas internacionais. Rawls (1999), como teórico do construtivismo político, propõe que princípios de justiça sejam construídos por meio de um acordo racional em sociedades pluralistas, sem depender de verdades morais absolutas. No contexto da integração entre diplomacia e defesa, essa abordagem sugere que ambos

os campos podem trabalhar com base em valores compartilhados de justiça e cooperação.

O construtivismo sugere que a percepção de ameaças e a definição de interesses nacionais são processos socialmente construídos, influenciados por normas, valores e identidades. Ameaças não são objetivas ou dadas pela natureza dos Estados, mas são interpretadas por meio das lentes culturais e ideacionais dos atores internacionais.

Na visão construtivista, a diplomacia não é apenas um instrumento para negociar interesses fixos, mas um meio de construir e reconstruir identidades e interesses. Por meio do discurso diplomático, os Estados podem redefinir o que consideram ameaças e ajustar seus interesses de acordo com novas normas e valores. Por exemplo, a mudança na percepção global sobre a ameaça das armas nucleares foi, em grande parte, uma construção social influenciada por campanhas diplomáticas e normas internacionais.

A defesa, na perspectiva construtivista, também pode ser vista como um instrumento para reforçar identidades e normas. As forças armadas não só defendem o território nacional, mas também simbolizam e perpetuam a identidade nacional e os valores associados a essa identidade. As operações militares, missões de paz e alianças de defesa são formas de prática social que contribuem para a construção de normas de segurança.

A integração da diplomacia e da defesa pode ajudar a criar uma narrativa coesa que alinha a percepção interna e externa dos objetivos de segurança nacional. Por exemplo, um Estado pode usar a diplomacia para promover a paz e a cooperação enquanto utiliza suas forças militares para participar em missões de paz. Isso pode reforçar uma identidade nacional como promotora de paz e estabilidade, tanto internamente, quanto na arena internacional.

Esses aspectos teóricos fornecem uma base sólida para compreender por que e como a integração entre diplomacia e defesa pode ser benéfica para a política de segurança nacional. Ao abordar a questão sob diferentes perspectivas, essas teorias oferecem justificativas variadas para essa abordagem coesa.

O realismo, por exemplo, com seu foco na anarquia internacional e na busca incessante por poder e segurança, destaca a importância de uma política de defesa robusta para garantir a soberania estatal. Segundo essa visão, uma defesa bem estruturada é essencial para a proteção contra ameaças externas.

Por outro lado, o liberalismo enfatiza a importância da cooperação internacional, das instituições e das normas que favorecem a diplomacia e a paz. De acordo com essa teoria, a integração entre diplomacia e defesa fortalece alianças e ajuda a prevenir conflitos, mostrando que a segurança pode ser alcançada também por meio do diálogo e da colaboração.

O construtivismo, ao investigar como ideias, crenças e identidades moldam as relações internacionais, oferece uma perspectiva diferente. Essa abordagem permite identificar como a diplomacia e a defesa podem ser influenciadas por normas e valores compartilhados, criando novas oportunidades para uma cooperação entre os Estados.

Essas teorias, quando combinadas, formam um arcabouço abrangente que permite analisar a interdependência entre diplomacia e defesa no cenário global contemporâneo.

Não serão abordados nesse trabalho as teorias críticas nas relações internacionais. Agora, após confirmada a importância das teorias das relações internacionais passamos a discorrer o último referencial teórico.

## **2.2 Os Fundamentos da Estrutura Organizacional**

“uma estrutura organizacional define como as tarefas são formalmente distribuídas, agrupadas e coordenadas. Por exemplo, a Johnson & Johnson tradicionalmente agrupa suas atividades em unidades semiautônomas, cada qual organizada em função de um produto e cujos administradores gozam de razoável liberdade para tomar decisões” (Robbins, 2009, p. 207).

A estrutura organizacional é um aspecto fundamental para garantir que as atividades dentro da organização sejam adequadamente estruturadas, coordenadas e controladas. Esse processo visa não apenas estabelecer padrões claros de relacionamentos e responsabilidades entre os diversos elementos da organização, mas também proporcionar uma base sólida para o funcionamento eficaz e eficiente da mesma.

A definição de funções e responsabilidades claras envolve uma revisão abrangente de cada unidade, departamento, ou equipe dentro da organização. Isso inclui a definição precisa das tarefas a serem realizadas, os objetivos a serem alcançados e as expectativas de desempenho para cada área de atuação.

Requer a definição clara de hierarquia de autoridade dentro da organização e das linhas de comunicação e tomada de decisão. Envolve a designação de líderes e supervisores em cada nível da hierarquia, bem como a criação de canais formais de comunicação e reporte.

A atribuição de recursos adequados implica garantir que os recursos necessários estejam disponíveis para apoiar as atividades de cada unidade ou departamento. Incluindo recursos humanos, financeiros, tecnológicos e materiais, que devem ser alocados de maneira eficiente e equitativa para atender às necessidades operacionais e estratégicas da organização.

O fomento à cooperação e colaboração de uma estrutura organizacional deve facilitar as diferentes áreas e unidades da organização. Pode ser alcançado por meio do estabelecimento de equipes multidisciplinares, grupos de trabalho interdepartamentais e iniciativas de compartilhamento de conhecimento e melhores práticas.

Para ser flexível o suficiente para se adaptar às mudanças no ambiente interno e externo da organização requer uma abordagem ágil e receptiva à inovação, novas tecnologias, mudanças nas demandas dos clientes e concorrência de mercado.

Além das contribuições de Robbins (2009) sobre estrutura organizacional, Mintzberg (1980, p. 11), afirma que “as organizações podem ser entendidas através de cinco partes principais: operações, estratégias, estrutura, ambiente e cultura”. Mintzberg argumenta que as organizações podem adotar estruturas simples, burocráticas ou matriciais, cada uma com suas próprias vantagens e desvantagens. Esses estudos destacam a importância de adaptar a estrutura organizacional às necessidades específicas de cada empresa e ambiente de negócios.

“No início do século XX, Henry Ford ficou rico e famoso por fabricar automóveis em uma linha de montagem. Cada funcionário recebia uma tarefa específica e repetitiva. ... Ford demonstrou que o trabalho pode ser realizado com mais eficiência se os trabalhadores forem especializados. Atualmente usamos o termo especialização do trabalho, ou divisão do trabalho, para descrever o grau de subdivisão das tarefas em funções diferenciadas” (Robbins, 2009, p. 208).

A especialização do trabalho é um processo que envolve a sua divisão em tarefas específicas e a atribuição de funções para diferentes indivíduos ou unidades organizacionais. Esse conceito tem como objetivo principal aumentar a eficiência e a

produtividade dentro da organização, permitindo que os funcionários desenvolvam habilidades específicas em suas áreas de atuação.

O primeiro passo é identificar as diferentes tarefas e atividades que precisam ser realizadas dentro da organização. Isso envolve uma análise detalhada das funções existentes e uma avaliação das habilidades e competências necessárias para executá-las.

Uma vez identificadas as tarefas específicas, é necessário atribuir essas funções a indivíduos ou unidades organizacionais com as habilidades e competências adequadas para realizá-las de forma eficiente e eficaz. Isso pode envolver a criação de cargos especializados ou a designação de equipes dedicadas a áreas específicas de atuação.

A especialização do trabalho também requer um foco no desenvolvimento das habilidades específicas necessárias para realizar as tarefas atribuídas. Podendo ser alcançado por meio de treinamentos, capacitações e programas de desenvolvimento profissional voltados para as áreas de atuação específicas dentro da organização.

Ao permitir que os funcionários se especializem em tarefas específicas, a organização pode aumentar a eficiência e a produtividade, uma vez que os trabalhadores se tornam mais proficientes em suas áreas de atuação. E por conseguinte, resultar em uma redução nos custos operacionais e aumento na qualidade do trabalho realizado.

Contudo é importante garantir que haja comunicação e colaboração eficazes entre os diferentes departamentos ou equipes especializadas. Isso pode ser facilitado por meio de implementação de processos de trabalho colaborativos, reuniões e canais de comunicação claros.

Além das contribuições de Robbins (2009), Taylor (1911, p. 37), argumenta que “a especialização do trabalho resulta em aumento de eficiência e produtividade”. Taylor foi um dos pioneiros a explorar esse conceito. Em seus estudos sobre administração científica, ele enfatizou a importância de dividir o trabalho em tarefas simples e repetitivas para otimizar os recursos de toda ordem e maximizar as entregas. Suas ideias influenciaram profundamente a forma como muitas organizações organizam e gerenciam o trabalho até os dias de hoje.

Segundo Robbins (2009, p. 210), “depois da divisão do trabalho por meio da especialização, é preciso agrupá-lo para que as tarefas comuns possam ser

coordenadas. A base segundo a qual as tarefas são agrupadas é chamada de departamentalização”.

A departamentalização é o processo de agrupar atividades semelhantes em departamentos ou unidades organizacionais. Existem diversas formas de departamentalização, cada uma com suas próprias vantagens e desvantagens em termos de coordenação e eficiência.

No tipo por função, as atividades são agrupadas com base nas funções ou habilidades necessárias para realizá-las. Por exemplo, pode haver departamentos separados para vendas, logística, marketing, produção, finanças e recursos humanos. Essa abordagem facilita a especialização e o desenvolvimento de expertises em áreas específicas, mas pode resultar em falta de comunicação entre os departamentos e dificuldades na coordenação de atividades interfuncionais.

As atividades por produto são agrupadas com base nos produtos ou linhas de produtos da organização. Cada departamento é responsável por um produto ou linha de produtos específicos, desde o desenvolvimento até a comercialização. Permitindo um maior foco e atenção aos detalhes em cada produto, mas pode levar a redundâncias e dificuldades na utilização eficiente dos recursos compartilhados.

Na abordagem por cliente, as atividades são concentradas com base nos diferentes segmentos de consumidores atendidos pela organização. Por exemplo, pode haver departamentos separados para clientes corporativos e outros individuais. Isso permite uma maneira mais personalizada no atendimento ao cliente, mas pode resultar em complexidade adicional na gestão e na necessidade de coordenar as operações entre os diferentes departamentos.

Existem também as atividades agrupadas com base nas regiões geográficas em que a organização opera. Cada departamento é responsável por uma determinada área geográfica, lidando com todas as funções necessárias para operar nessa região. Facilita a adaptação às necessidades específicas de cada mercado local, porém pode contribuir em dificuldades na padronização de processos e na coordenação entre as diferentes regiões.

Além das contribuições de Robbins (2009) sobre departamentalização, Lawrence e Lorsch (1967, p. 10) destacam que “as organizações precisam adaptar suas estruturas internas para responder às mudanças ambientais”. Eles realizaram estudos influentes sobre a adaptação das organizações às demandas do mercado. Eles destacaram a importância da departamentalização como um mecanismo para

lidar com a complexidade ambiental. Segundo eles, diferentes formas de departamentalização podem ser mais eficazes em diferentes contextos organizacionais, dependendo das demandas específicas do ambiente externo.

“A cadeia de comando é uma linha única de autoridade que vai do topo da organização até o escalão mais baixo, determinando quem se reporta a quem na empresa. Ela responde a perguntas do tipo: “Se eu tiver um problema, com quem devo falar?” ou “Por quem sou responsável?”” (Robbins, 2009, p. 211).

A cadeia de comando refere-se ao fortalecimento e clareza da linha de autoridade que se estende desde o topo da hierarquia organizacional até a base. Define quem relata a quem dentro da organização e estabelece os canais formais de comunicação e tomada de decisão.

Envolve uma clara definição das autoridades e responsabilidades de cada nível hierárquico na organização. Significa estabelecer quem tem o poder de tomar decisões e quem é responsável pela execução dessas decisões em cada nível de hierarquia.

Para conseguir que as linhas de comunicação entre os diferentes níveis da organização sejam claras e eficazes envolve estabelecer canais formais de comunicação, que permitam a transmissão rápida e precisa de informações e instruções de cima para baixo e de baixo para cima.

A cadeia de comando também visa promover a prestação de contas em todos os níveis da organização. Legitimando que os líderes em cada nível sejam responsáveis por suas decisões e ações, e que haja mecanismos claros para avaliar e monitorar o desempenho de cada indivíduo e equipe.

A agilidade na tomada de decisões permite uma agilidade e eficiência em toda a organização e no nível mais apropriado da hierarquia, levando em consideração a urgência e a importância do assunto em questão.

Além das contribuições de Robbins (2009) sobre a cadeia de comando, Fayol (1916, p. 29) afirmou que “os princípios da administração incluem previsão, organização, comando, coordenação e controle”. Fayol foi um dos pioneiros a desenvolver os princípios da administração clássica. Em sua obra destacou a importância da autoridade e da hierarquia na organização, enfatizando a necessidade de uma cadeia de comando clara e bem definida para garantir a eficiência e a

coordenação das atividades organizacionais. Seus princípios continuam a influenciar as práticas de gestão até os dias de hoje.

“Quantos funcionários um administrador consegue comandar com eficiência? Essa questão da amplitude de controle é importante, pois é ela que vai determinar o número de escalões de chefia que uma empresa terá. Em condições de igualdade, quanto maior a amplitude, mais eficiente será a organização” (Robbins, 2009, p. 211-212).

A amplitude de controle refere-se ao número de subordinados que um gerente pode supervisionar eficazmente. Esse conceito é crucial na estruturação das organizações, pois determina a quantidade de funcionários que um líder pode gerenciar diretamente.

Uma amplitude de controle estreita significa que um gerente tem poucos subordinados diretos, enquanto uma amplitude de controle ampla expressa que o líder tem muitos subordinados diretos. A escolha entre uma amplitude de controle estreita e ampla depende das necessidades e características do gerente.

Com uma amplitude de controle estreita, os gerentes podem dedicar mais tempo e atenção a cada subordinado, proporcionando orientação individualizada e acompanhamento de desempenho pelo olhar da eficiência e comunicação. Por outro lado, uma amplitude de controle ampla pode promover a agilidade e a flexibilidade, permitindo que os gerentes coordenem eficientemente um grande número de funcionários.

A decisão sobre a amplitude de controle ideal é influenciada por vários fatores, como o tamanho da organização, a complexidade das atividades realizadas, a natureza das responsabilidades dos subordinados e o estilo de liderança dos gerentes. É importante encontrar um equilíbrio entre uma amplitude de controle que seja gerenciável para os gerentes e que também promova a eficiência e a comunicação dentro da organização.

Para que os gerentes desenvolvam habilidades adicionais de liderança, como delegação eficaz, comunicação clara e habilidades de gerenciamento de equipe precisam ser capazes de confiar em seus subordinados e capacitá-los a assumir responsabilidades adicionais dentro da organização.

Os líderes devem monitorar regularmente o desempenho de seus subordinados e fornecer um *feedback* adequado para garantir que as metas e objetivos

organizacionais sejam alcançados. Especialmente em situações de amplitude de controle ampla, onde os gerentes podem não ter tanto tempo individualmente para cada subordinado.

“O termo centralização refere-se ao grau de concentração do processo de tomada de decisão em um único ponto da organização. O conceito inclui apenas a autoridade formal, ou seja, os direitos inerentes de uma posição. Normalmente, dizemos que uma organização é centralizada quando a cúpula toma todas as decisões essenciais com pouca ou nenhuma participação dos escalões inferiores. Por outro lado, quanto maior a participação desses escalões no processo de tomada de decisão, maior a descentralização” (Robbins, 2009, p. 213).

A centralização e descentralização envolvem a delegação de autoridade e tomada de decisão dentro da organização.

Na centralização, a autoridade é concentrada no topo da hierarquia organizacional, geralmente com os altos executivos ou líderes de departamento tomando a maioria das decisões importantes. Indica que as decisões críticas são tomadas por um pequeno grupo de pessoas, o que pode resultar em maior uniformidade e consistência nas políticas e procedimentos da organização. No entanto, pode levar a uma menor flexibilidade e agilidade na resposta a mudanças e desafios, além de sobrecarregar os líderes com um grande volume de decisões.

Enquanto na descentralização, a autoridade é delegada para níveis mais baixos da organização, permitindo que gerentes e funcionários em diferentes departamentos ou unidades tomem decisões sobre questões específicas. Promovendo a autonomia e a responsabilidade nos níveis inferiores da organização, capacitando os funcionários a responder rapidamente a problemas locais e adaptar-se às necessidades do mercado. No entanto, pode resultar em inconsistências nas políticas e procedimentos entre diferentes partes da organização, além de ser mais difícil manter o controle sobre as operações.

A escolha entre centralização e descentralização depende das necessidades e características específicas de cada organização, bem como dos objetivos estratégicos e da cultura organizacional. Em organizações mais hierárquicas e orientadas para o controle, a centralização pode ser a mais apropriada para garantir consistência e conformidade. Por outro lado, em organizações mais ágeis e orientadas para o cliente, a descentralização pode ser preferível para promover a inovação e a responsabilidade local.

Muitas organizações optam por uma abordagem híbrida, combinando elementos de centralização e descentralização em diferentes áreas da organização. Por exemplo, certas decisões estratégicas podem ser centralizadas para garantir alinhamento global, enquanto a tomada de decisão operacional pode ser descentralizada para promover a agilidade e a adaptação local. Esse tipo permite que a organização aproveite os benefícios de ambos os modelos, adaptando-se às necessidades específicas de cada situação.

Além das contribuições de Robbins (2009) sobre centralização, Mintzberg (1983, p. 64), afirma que “a centralização refere-se ao grau em que as decisões são tomadas no topo da organização”. Este oferece uma perspectiva adicional sobre esse conceito. Em seu estudo sobre estruturas organizacionais, Mintzberg identificou a centralização como uma das dimensões importantes da estrutura organizacional. Ele argumenta que a centralização refere-se ao grau em que a autoridade de tomada de decisão está concentrada no topo da hierarquia organizacional. Essa perspectiva complementa a compreensão de Robbins sobre centralização, fornecendo uma visão mais ampla das implicações da centralização na eficácia organizacional.

“A formalização constitui o grau de padronização das tarefas executadas na organização. Se a tarefa é altamente formalizada, o responsável por ela detém pouca autonomia para decidir o que fazer, quando e como. Espera-se que os trabalhadores sempre lidem com os mesmos insumos de maneira uniforme e produzam um resultado consistente e homogêneo” (Robbins, 2009, p. 213).

A formalização refere-se ao aumento do grau em que as regras, procedimentos e políticas são estabelecidos e seguidos dentro da organização.

Em organizações altamente formalizadas, há uma ênfase em estabelecer regras e procedimentos claros para orientar o comportamento e as atividades dos funcionários. Ajuda a manter a consistência, previsibilidade e padronização nas operações da organização.

A padronização de processos e atividades em toda a organização compele os funcionários a seguirem rotinas e protocolos estabelecidos para realizar suas tarefas, o que pode melhorar a eficiência e a qualidade do trabalho realizado.

Ao aumentar a formalização, a organização busca reduzir a ambiguidade e a incerteza nas operações. Alcançado por meio da definição clara de papéis,

responsabilidades e expectativas de desempenho para os funcionários em todos os níveis da organização.

A formalização também pode facilitar o controle e a coordenação das atividades dentro da organização. Com regras e procedimentos bem definidos, os gerentes podem monitorar e avaliar o desempenho dos funcionários com base em critérios objetivos e estabelecidos.

Embora a formalização possa trazer benefícios em termos de consistência e controle, também pode apresentar algumas desvantagens. Um alto nível de formalização pode resultar em burocracia excessiva, rigidez organizacional e dificuldade em lidar com situações não previstas. Além disso, pode restringir a criatividade e a inovação, limitando a autonomia e a flexibilidade dos funcionários.

Em resumo, ampliar a formalização pode trazer benefícios em termos de consistência, controle e coordenação dentro da organização, mas é importante garantir que não resulte em excesso de burocracia ou rigidez. Encontrar o equilíbrio certo entre formalização e flexibilidade é essencial para promover uma cultura organizacional saudável e adaptável.

Além das contribuições de Robbins (2009), Scott (2003, p. 26) define formalização como “o grau em que normas, procedimentos, instruções e comunicações estão escritos”. Scott em seu estudo sobre organizações amplia a formalização como o grau em que as regras, procedimentos e políticas são estabelecidos e seguidos dentro de uma organização. Ele argumenta que a formalização pode afetar a eficiência e a eficácia organizacional, influenciando a consistência e a previsibilidade das atividades. Portanto, entender o nível de formalização em uma organização é crucial para compreender sua dinâmica interna e seu desempenho.

Explorar detalhadamente os conceitos de estrutura organizacional, especialização do trabalho, departamentalização, cadeia de comando, amplitude de controle, tomada de decisão e formalização fornecerão uma base teórica robusta para a compreensão das dinâmicas internas do MRE e do MD.

Ao analisar a estrutura organizacional, podemos examinar como as diferentes unidades e partes do MRE e do MD estão organizadas e como essas estruturas influenciam as relações dentro das instituições. A especialização do trabalho nos permite entender como as tarefas são divididas e designadas dentro das organizações, afetando a eficiência e a expertise dos funcionários em suas áreas

específicas. A cadeia de comando refere-se à linha de autoridade dentro das organizações, indicando quem responde a quem e como as decisões são tomadas e comunicadas.

Além disso, ao considerar a amplitude de controle, podemos examinar o número de subordinados que um líder ou gerente pode supervisionar eficazmente, o que influencia a eficácia da tomada de decisões e da comunicação dentro das organizações.

Ao estudar a formalização, podemos analisar o grau de padronização de procedimentos e políticas dentro do MRE e do MD, o que afeta a consistência e a previsibilidade das atividades. Da mesma forma, ao considerar a centralização, podemos avaliar como a autoridade de tomada de decisão é distribuída dentro das organizações e como isso impacta a agilidade e a eficiência de suas operações.

Ao examinar a departamentalização, podemos compreender como as diferentes unidades funcionais ou departamentos dentro do MRE e do MD se organizam e coordenam suas atividades, influenciando a comunicação e a colaboração entre eles.

Além disso, a compreensão aprofundada dos aspectos organizacionais é fundamental para analisar e interpretar as relações entre o MRE e o MD. Ao entender como essas instituições operam internamente e como seus sistemas organizacionais interagem, podemos identificar pontos fortes e fracos em sua colaboração e cooperação em questões relacionadas à diplomacia e segurança nacional.

Isso nos permite formular estratégias mais eficazes para promover uma maior sinergia e coordenação entre o MRE e o MD, contribuindo assim para o incremento da relação entre diplomacia e defesa mais eficiente e bem-sucedida, equilibrando controle e flexibilidade de acordo com suas necessidades estratégicas.

### 3 A DIPLOMACIA E A DEFESA NA PERSPECTIVA ANALÍTICO-DESCRITIVA

Neste capítulo é apresentada uma análise a respeito de diversos aspectos da integração entre os setores de defesa e diplomacia.

Segundo Jordan (1979), a interseção entre diplomacia e defesa, quando coordenada de maneira eficiente, pode fortalecer a segurança nacional.

Ele aborda como a teoria das relações internacionais e a política de segurança nacional se interligam, enfatizando a complementariedade entre a diplomacia e a força militar e como a integração entre estas foi crucial em momentos chave. Exemplos incluem a Guerra Fria<sup>2</sup>, onde a diplomacia era frequentemente apoiada por uma demonstração de força militar, e as intervenções militares recentes, onde o sucesso foi, em grande parte, dependente de estratégias diplomáticas bem-sucedidas.

Jordan (1979) analisa políticas contemporâneas, mostrando como os países modernos estão adaptando suas abordagens de segurança nacional para integrar melhor a diplomacia e a defesa. Isso inclui a discussão de documentos estratégicos como as Estratégias de Segurança Nacional e os “Livros Brancos” (*White Papers*) de Defesa, que, explicitamente, reconhecem a necessidade dessa integração.

Conforme Jordan, a efetiva integração entre diplomacia e defesa requer uma colaboração estreita entre ministérios de relações exteriores, departamentos de defesa, e outras entidades relevantes.

Jordan (1979) ressalta, ainda, os desafios inerentes à integração dessas áreas, como diferenças culturais e institucionais entre diplomacia e militares, e propõe soluções práticas para superar esses obstáculos. Isso inclui treinamento conjunto, criação de grupos de trabalho interinstitucionais, e desenvolvimento de uma cultura de cooperação mútua.

Ele explora como a integração entre diplomacia e defesa impacta a formulação e a execução da política externa e destaca como uma postura de defesa forte pode conferir maior credibilidade às iniciativas diplomáticas, e como ações diplomáticas bem-sucedidas podem reduzir a necessidade de intervenção militar.

Segundo Jordan, a integração entre essas duas áreas é vital para a segurança e a prosperidade nacionais, sendo que diplomacia e defesa podem, e devem,

---

<sup>2</sup> Guerra Fria foi um período de tensão global entre 1947 e 1991, caracterizado pela rivalidade entre os EUA e a União Soviética, sem conflito militar direto, mas com competição em áreas como armamentos, espaço e conflitos regionais. Influenciou profundamente a política e a segurança mundial.

trabalhar juntas para enfrentar as complexas ameaças do mundo moderno e para a formulação de políticas de segurança nacional.

Mearsheimer (2001), pensador da teoria das relações internacionais, particularmente na escola do realismo ofensivo, argumenta que a anarquia do sistema internacional leva as grandes potências a buscar, continuamente, o poder militar para garantir sua segurança, resultando em uma competição incessante por hegemonia regional e global.

Mearsheimer propõe que, em um sistema internacional anárquico, onde não existe uma autoridade central para impor regras ou prevenir conflitos, as grandes potências são compelidas a maximizar seu poder militar. Esse impulso é motivado pelo desejo de alcançar a hegemonia regional e, assim, garantir a sua segurança em uma ambiente de constante incerteza e potencial ameaça.

A sua obra descreve a “tragédia” da política das grandes potências como a inevitabilidade do conflito e da competição entre os estados, mesmo quando esses estados desejam a paz. Ele argumenta que essa tragédia é uma consequência direta do sistema internacional anárquico, onde a busca pela segurança leva ao aumento das capacidades militares, que por sua vez provoca desconfiança e competição entre os estados.

Embora foque na teoria do realismo ofensivo<sup>3</sup>, Mearsheimer também discute como os estados utilizam a diplomacia e a força militar em suas estratégias de segurança. Ele explora como a diplomacia pode ser usada para formar alianças, dissuadir adversários e enganar outros estados sobre as intenções e capacidades reais de um país. Ao mesmo tempo, enfatiza que a diplomacia é frequentemente respaldada pela força militar, pois a credibilidade de um estado na arena diplomática está diretamente ligada ao seu poder militar.

Mearsheimer utiliza uma série de estudos de caso históricos para ilustrar suas teorias. Ele examina eventos como as Guerras Mundiais<sup>4</sup>, a Guerra Fria e as políticas de expansão dos Estados Unidos da América, da Alemanha e da ex-União Soviética. Esses estudos de caso mostram como as grandes potências tentam maximizar o seu

---

<sup>3</sup> A teoria do realismo ofensivo é uma corrente dentro do realismo nas Relações Internacionais que argumenta que os Estados buscam maximizar seu poder e segurança por meio da expansão territorial e do uso da força, sempre que necessário.

<sup>4</sup> A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram conflitos globais que envolveram muitas nações e causaram grandes perdas e destruição. A I GM começou devido a rivalidade entre potências europeias, enquanto a II GM expandiu o conflito com batalhas em várias frentes e mudou a geopolítica global, dando início à Guerra Fria.

poder e como a combinação de diplomacia e força militar é utilizada em suas estratégias.

Ele também discute as implicações de sua teoria para a política externa contemporânea, especialmente para os Estados Unidos, com o argumento que, como a única superpotência pós-Guerra Fria, os EUA devem continuar a seguir uma política de realismo ofensivo para manter sua posição dominante e garantir sua segurança. Isso inclui o uso da força militar e da diplomacia para conter outras potências emergentes e evitar a formação de coalizões hostis.

Mearsheimer (2001) oferece uma visão sombria, mas realista, das dinâmicas do poder internacional. Ele sugere que, em um sistema internacional anárquico, a busca pelo poder e a segurança é inevitável, levando a uma competição constante entre as grandes potências. A sua obra destaca como a diplomacia e a força militar são ferramentas complementares nas estratégias de segurança dos estados, proporcionando uma compreensão profunda das motivações e ações das grandes potências no cenário global.

Gaddis (2018) apresenta uma análise sobre a arte da grande estratégia, explorando como líderes e pensadores históricos combinaram aspectos diplomáticos e militares para alcançar os objetivos nacionais. Gaddis, um renomado historiador de Yale<sup>5</sup>, utiliza uma ampla gama de exemplos históricos para ilustrar como a eficácia estratégica depende de uma harmoniosa integração entre diversos elementos do poder nacional.

Ele define a grande estratégia como a habilidade de alinhar os meios disponíveis com os fins desejados de maneira eficiente e sustentável. Argumenta, ainda, que a guerra estratégica não é apenas sobre a condução de guerras, mas sobre a orquestração de todos os recursos de uma nação, ou seja, militares, econômicos, diplomáticos e culturais para alcançar objetivos de longo prazo.

Um dos temas centrais de sua obra é a integração de diplomacia e defesa nas grandes estratégias históricas. Gaddis mostra como líderes bem-sucedidos conseguiram equilibrar o uso da força militar com habilidades diplomáticas para proteger e promover os interesses nacionais. Exemplos incluem a maneira como Augusto manteve a paz no Império Romano (aproximadamente de 17 a.C. até 14 a.C.)

---

<sup>5</sup> Yale é uma renomada universidade privada em New Haven, Connecticut, EUA, fundada em 1701. É conhecida por sua excelência acadêmica, especialmente em direito, e por suas contribuições significativas à pesquisa e desenvolvimento intelectual.

por meio de uma combinação de força militar e políticas diplomáticas astutas, e como Bismarck unificou a Alemanha, em 1871, utilizando alianças estratégicas e guerras calculadas.

Não serão analisadas, porém servem como aprofundamento para futuras pesquisas, as figuras históricas como Péricles<sup>6</sup>, Maquiavel<sup>7</sup>, Elizabeth I<sup>8</sup>, Lincoln<sup>9</sup>, Franklin D. Roosevelt<sup>10</sup>, entre outros, que destacavam suas habilidades em combinar poder militar e diplomacia. Cada estudo de caso oferece terreno fértil sobre como esses líderes enfrentaram desafios complexos e tomaram decisões estratégicas relevantes.

Gaddis examina teorias clássicas de estratégia, como as de Sun Tzu<sup>11</sup> e Clausewitz<sup>12</sup>, e as aplica a contextos modernos. Ele discute como esses teóricos entenderam a relação entre guerra e política, e como suas ideias influenciaram a prática da grande estratégia ao longo dos séculos.

---

<sup>6</sup> Péricles foi um estadista e general ateniense que exerceu uma liderança predominante durante a “Era de Péricles” (aproximadamente 461-429 a.C.), período em que ele governou Atenas. Ele é notável por combinar poder militar com diplomacia, especialmente na manutenção e expansão da Liga de Delos, que reforçou a hegemonia ateniense no Mar Egeu.

<sup>7</sup> Nicolau Maquiavel foi um diplomata, filósofo e historiador florentino que viveu de 1469 a 1527. Durante seu serviço como secretário da Segunda Chancelaria da República de Florença (1498-1512), ele destacou-se por suas reflexões sobre a arte da guerra e a diplomacia, influenciando o pensamento sobre o equilíbrio entre poder militar e astúcia política, como descrito em sua obra “O Príncipe”.

<sup>8</sup> Elizabeth I, rainha da Inglaterra de 1558 a 1603, é famosa por sua habilidade em usar tanto a força militar quanto a diplomacia para manter a segurança e a prosperidade da Inglaterra. Sua liderança durante a derrota da Armada Espanhola, em 1588, exemplifica sua capacidade de combinar estratégias militares com alianças políticas cuidadosas.

<sup>9</sup> Abraham Lincoln foi o 16º presidente dos EUA, servindo de 1861 a 1865. Durante a Guerra Civil Americana, ele demonstrou grande habilidade em combinar poder militar com diplomacia ao liderar o esforço da União para derrotar os Estados Confederados, ao mesmo tempo em que preservava as relações com as potências europeias, impedindo seu reconhecimento da Confederação.

<sup>10</sup> Franklin D. Roosevelt foi o 32º presidente dos EUA, servindo de 1933 a 1945. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele demonstrou uma combinação eficaz de poder militar e diplomacia, estabelecendo alianças estratégicas, como a aliança com o Reino Unido e a União Soviética, e liderando os EUA por meio de uma mobilização massiva de recursos para o esforço de guerra.

<sup>11</sup> Sun Tzu, autor de *A Arte da Guerra*, viveu na China durante o período dos Estados Combatentes, aproximadamente entre 544 e 496 a.C.. Ele destacou-se pela análise estratégica e tática da guerra, enfatizando a preparação e a estratégia para a vitória. Sun Tzu abordou a guerra como um aspecto da diplomacia e da política, defendendo que a melhor vitória é alcançada sem combate direto, por meio da manipulação da estratégia e do engano.

<sup>12</sup> Carl von Clausewitz, um teórico militar prussiano, viveu entre 1780 e 1831. Sua obra mais conhecida, *Da Guerra*, foi escrita com base em suas experiências nas guerras napoleônicas. Clausewitz é famoso por sua formulação da guerra como “continuação da política por outros meios”, destacando a interdependência entre a guerra e a política. Ele argumentou que a guerra deve ser entendida dentro do contexto das metas políticas e que o poder militar deve ser usado para alcançar objetivos políticos, integrando assim a diplomacia e a estratégia militar.

Outro tema importante de sua obra é a necessidade de flexibilidade e adaptabilidade. Ele argumenta que os grandes estrategistas são aqueles que conseguem adaptar as suas estratégias em resposta às mudanças nas circunstâncias. Isso requer uma compreensão profunda do contexto histórico, das capacidades e limitações dos próprios recursos, e das intenções e capacidades dos adversários.

Gaddis também aborda questões de moralidade e ética na grande estratégia. Ele examina como os líderes justificaram suas ações estratégicas e como equilibraram considerações morais com a necessidade de alcançar objetivos nacionais. Exemplos incluem as decisões difíceis enfrentadas por líderes durante tempos de guerra e paz, e como esses dilemas influenciaram suas estratégias.

Gaddis (2018) oferece uma visão rica e detalhada sobre a arte da grande estratégia. Por meio de uma combinação de análise teórica e estudos de caso históricos, ele ilustra como os grandes estrategistas combinaram, de maneira capital, a diplomacia e a força militar para alcançar objetivos nacionais.

White (2020) explora as complexidades e os desafios que surgem da guerra híbrida, uma forma de conflito que combina métodos convencionais e não convencionais para atingir objetivos estratégicos. A guerra híbrida envolve o uso simultâneo de ferramentas militares, cibernéticas, econômicas e de propaganda, tornando a distinção entre paz e guerra mais nebulosa. Ele investiga como a integração entre diplomacia e defesa é fundamental para enfrentar essas ameaças multifacetadas.

Em sua obra, define a guerra híbrida como um tipo de conflito onde atores estatais e não estatais utilizam uma combinação de táticas militares convencionais, insurgências, terrorismo, operações cibernéticas e campanhas de desinformação. Exemplos contemporâneos incluem a anexação da Crimeia pela Rússia (2014) e as atividades de grupos como o Estado Islâmico<sup>13</sup>.

A diplomacia desempenha um papel vital na prevenção e mitigação de conflitos híbridos. Isso inclui o estabelecimento de alianças e parcerias internacionais, a

---

<sup>13</sup> O Estado Islâmico, também conhecido como ISIS (Islamic State of Iraq and Syria) ou ISIL (Islamic State of Iraq and the Levant), é um grupo jihadista extremista que surgiu no início dos anos 2000 e ganhou notoriedade a partir de 2014. O EI proclamou um califado na região que abrange partes do Iraque e da Síria, e é conhecido por suas táticas violentas, incluindo terrorismo, e por sua propaganda de desinformação. O grupo implementou uma interpretação radical da lei islâmica e buscou expandir seu controle territorial e influenciar a região e além, principalmente durante o período de 2014 a 2017.

promoção de normas e tratados internacionais e o uso de negociações e sanções para influenciar o comportamento dos atores envolvidos. White (2020) destaca a importância de uma diplomacia proativa e adaptável para antecipar e responder às ameaças híbridas.

No contexto da guerra híbrida, a importância da defesa integrada tradicional precisa ser complementada por capacidades não convencionais. Isso envolve defesa cibernética, a proteção de infraestruturas críticas, e a capacidade de responder rapidamente a campanhas de desinformação. White (2020) argumenta, também, que a integração entre diferentes ramos das forças armadas e agências governamentais é essencial para uma defesa eficaz contra ameaças híbridas.

Ele enfatiza a necessidade de coordenação entre diversas instituições nacionais e internacionais. A colaboração entre ministérios de defesa, relações exteriores, agências de inteligência e organismos internacionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a ONU, é fundamental para uma resposta coerente e eficaz às ameaças híbridas. Exemplos de boas práticas incluem exercícios conjuntos, compartilhamento de informações e desenvolvimento de estratégias comuns.

Para ilustrar suas argumentações, White (2020) apresenta estudos de caso de conflitos híbridos recentes. A intervenção russa na Ucrânia (2022) com o início da anexação da Crimeia é frequentemente citada como um exemplo clássico de guerra híbrida, onde a Rússia combinou operações militares, guerra cibernética e campanhas de desinformação para alcançar os seus objetivos. Outro exemplo é a resposta da OTAN às ameaças híbridas, que inclui a criação de centros de excelência para o combate às mesmas.

White (2020) discute os principais desafios enfrentados pelos países ao lidar com a guerra híbrida. Isso inclui a dificuldade de identificar os autores de ataques cibernéticos, a rapidez com que as informações falsas podem se espalhar e a complexidade de coordenar uma resposta competente. Para superar esses desafios, ele recomenda uma abordagem integrada que combine recursos diplomáticos, militares e de inteligência. Sugere, também, o investimento em tecnologia e treinamento especializado para melhorar a capacidade de resposta a ameaças híbridas.

Portanto, argumenta que a integração entre diplomacia e defesa é primordial para enfrentar as ameaças da guerra híbrida. A natureza complexa dessas ameaças

exige uma abordagem holística que combine a prevenção diplomática com capacidade de defesa avançadas e coordenadas. Ao destacar exemplos práticos e fornece recomendações, oferece um guia valioso para formuladores de políticas e profissionais da área de segurança que buscam entender e mitigar os riscos associados à guerra híbrida.

Deutsch (1963) analisa o papel que as forças armadas desempenha nas estratégias diplomáticas contemporâneas e argumenta que a integração das capacidades militares nas políticas externas não apenas reforça a posição diplomática de um país, mas também é essencial para a execução impecável de sua estratégia internacional.

Ele apresenta uma revisão histórica do papel das forças armadas na política externa, destacando como os militares têm sido tradicionalmente usados para proteger os interesses nacionais e projetar poder. Desde a era colonial<sup>14</sup> até a Guerra Fria e além, o uso da força militar sempre foi uma ferramenta fundamental nas relações internacionais.

A integração das forças armadas nas estratégias diplomáticas é apresentada como uma abordagem que combina o *hard power*<sup>15</sup> da força militar com o *soft power*<sup>16</sup> da diplomacia. A presença militar em regiões estratégicas, o treinamento e a cooperação militar com aliados, e as demonstrações de força podem apoiar e reforçar as iniciativas diplomáticas.

Vários exemplos contemporâneos são fornecidos para ilustrar essa integração. A presença militar dos EUA na Ásia-Pacífico é discutida como uma forma de dissuadir a agressão chinesa e assegurar os aliados na região. A participação da OTAN em missões de paz e operações de segurança coletiva também é destacada como uma demonstração de como a aliança militar apoia a diplomacia multilateral.

Deutsch (1963) não ignora os desafios e riscos associados à militarização da política externa. Ele discute como o excesso de dependência da força militar pode

---

<sup>14</sup> Era Colonial foi o período do século XV ao XIX em que potências europeias expandiram suas colônias globalmente. As forças armadas foram essenciais para conquistar, proteger e manter territórios coloniais, influenciando a geopolítica e as relações internacionais.

<sup>15</sup> Hard power pode ser traduzido para o português como poder duro. Refere-se à capacidade de um país de influenciar o comportamento de outros Estados ou atores internacionais por meio do uso da força militar, coerção econômica ou outras formas tangíveis de poder.

<sup>16</sup> Soft power pode ser traduzido para o português como poder brando. Refere-se à capacidade de um país de influenciar outros atores internacionais por meio de atração e persuasão. Esse poder se manifesta por meio de elementos como cultura, valores políticos e políticas externas que são vistas como legítimas ou moralmente atraentes.

levar a intervenções desastrosas, como as guerras no Vietnã (entre 1955 e 1975) e no Iraque (entre 2003 e 2011). Ele também aborda o risco de escalada de conflitos e a dificuldade de reverter uma política externa excessivamente militarizada<sup>17</sup>.

A necessidade de coordenação entre as diferentes agências governamentais é crítica para a implementação de uma política externa efetiva, devendo o MRE e o MD trabalhar em estreita colaboração, compartilhando informações e desenvolvendo estratégias conjuntas. Exemplos de coordenações interagências bem-sucedidas incluem a resposta dos EUA ao terrorismo, após os ataques às torres gêmeas de Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, e as operações conjuntas em missões de manutenção da paz.

De acordo com Deutsch (1963), o papel das forças armadas na política externa continuará a evoluir. O surgimento de novas ameaças, como o terrorismo internacional, a guerra cibernética e as operações híbridas, exigem uma integração ainda mais estreita entre capacidades militares e diplomáticas. As nações devem investir em forças armadas flexíveis e bem treinadas, capazes de operar em uma ampla gama de cenários, desde conflitos de alta intensidade até missões humanitárias e de estabilização.

Por conseguinte, a integração das forças armadas nas estratégias diplomáticas é essencial para a proteção e promoção dos interesses nacionais. A combinação de poder militar e diplomacia não só reforça a capacidade de um país de influenciar eventos globais, mas também proporciona uma abordagem mais holística e talentosa para lidar com os desafios contemporâneos de segurança.

Deutsch (1963) conclui que, para uma política externa bem-sucedida, é necessário um equilíbrio cuidadoso entre a demonstração de força e a negociação diplomática, além de uma coordenação interagências eficiente.

Nye (2009), discute o conceito de poder inteligente (smart power), que é uma combinação estratégica de hard power e soft power. Nye argumenta que, para alcançar objetivos de segurança nacional de forma contundente, os Estados devem integrar o uso da força militar com a diplomacia, a cultura e outras formas de influência não coercitivas.

---

<sup>17</sup> Diplomacia Multilateral é uma abordagem nas relações internacionais onde vários países colaboram em fóruns e organizações para resolver questões globais e promover objetivos comuns.

Nye (2009) argumenta que, em um mundo globalizado e interconectado, apenas a força militar não é suficiente para garantir a segurança nacional. A diplomacia, a comunicação, a ajuda ao desenvolvimento e outras ferramentas de poder brando são primordiais para influenciar outros atores internacionais de forma positiva.

Ele cita exemplos históricos para demonstrar como o uso combinado de poder duro e brando tem sido eficaz. A reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial com o plano Marshall é apresentada como um exemplo de poder inteligente, onde os EUA usaram ajuda econômica (soft power) junto com uma presença militar forte (hard power) para estabilizar a região e conter a expansão soviética.

Nye (2009) discute os desafios na implementação de uma estratégia de smart power, como a coordenação entre diferentes agências governamentais e a necessidade de liderança política forte. Ele enfatiza a importância de construir coalizões e parcerias internacionais e a utilização de instituições multilaterais para amplificar o soft power.

Nye (2009) sugere que os formuladores de políticas devem avaliar constantemente o equilíbrio entre poder duro e brando em suas estratégias de segurança nacional. Ele recomenda investimentos em capacidades diplomáticas e culturais, além de manter uma força militar robusta.

Nye (2009) conclui que no século XXI, a habilidade de combinar hard power e soft power de forma equilibrada e incisiva é essencial para que os Estados mantenham sua influência e segurança. A abordagem do smart power não só ajuda na prevenção de conflitos, mas também na construção de um ambiente internacional mais estável e cooperativo.

O conceito de poder inteligente tem sido aplicado em várias situações contemporâneas como na política externa dos EUA por meio dos administradores estadunidenses, incluindo os secretários de Estado e de Defesa, têm referenciado o smart power como parte de sua estratégia global. As intervenções humanitárias com o uso de ajuda ao desenvolvimento e programas de educação juntamente com operações de paz e segurança em regiões instáveis. A diplomacia pública com os esforços para melhorar a imagem de um país por meio de intercâmbios culturais, programas educacionais e comunicação estratégica.

Art (1996) define a fungibilidade da força como a capacidade dos recursos militares de serem convertidos em outros tipos de poder, incluindo econômico,

diplomático e psicológico. Ele destaca a flexibilidade dos recursos militares para alcançar diversos objetivos políticos, variando de dissuasão e coerção à persuasão e demonstração de compromisso.

Uma forte presença militar pode conferir maior credibilidade e alavancagem às negociações diplomáticas, dissuadindo adversários e assegurando aliados. A integração de poder militar e diplomático é essencial para uma política externa efetiva, permitindo que as nações adaptem suas estratégias às circunstâncias e objetivos específicos.

O poder militar pode ser utilizado para dissuadir adversários de ações hostis ou coagir comportamentos desejáveis, reforçando a posição diplomática de um país. A presença de forças militares pode estabilizar regiões conflituosas, facilitando esforços diplomáticos para resolução de conflitos e manutenção da paz.

Art (1996) utiliza uma série de exemplos históricos para ilustrar a fungibilidade da força, analisando como diferentes países têm empregado suas capacidades militares para alcançar resultados políticos. Ele examina tanto sucessos quanto falhas, proporcionando uma visão equilibrada e detalhada sobre as complexidades do uso do poder militar na política internacional.

Art (1996) reconhece que a força militar não é uma panaceia e que sua eficácia depende de fatores contextuais, como a natureza do conflito, os objetivos dos atores envolvidos e a receptividade do meio ambiente internacional. Ele alerta contra a dependência excessiva de recursos militares, que pode levar a escaladas indesejáveis ou ao desgaste das forças armadas.

Ele conclui que a fungibilidade da força é um elemento central para a segurança nacional e a condução da política externa. Enfatiza a necessidade de uma abordagem estratégica integrada que combine recursos militares e diplomáticos, permitindo que os estados naveguem com eficácia no complexo cenário internacional. A capacidade de converter poder militar em poder político amplia as opções estratégicas de um país, contribuindo para a realização de seus objetivos de segurança e política externa.

George e Simons (1994) exploram o conceito de diplomacia coercitiva, que combina ameaças militares e negociações diplomáticas para resolver crises internacionais. O livro analisa como essa abordagem foi utilizada em diversos casos históricos e discute os fatores que influenciaram sua eficácia.

É uma estratégia que utiliza a ameaça de força militar ou outras formas de coerção para pressionar um adversário a aceitar termos políticos desejados, enquanto

ainda se mantém a opção de negociação aberta. O objetivo é alcançar mudanças comportamentais sem recorrer a um conflito total, por meio da combinação de incentivos e ameaças.

Eles examinam uma série de estudos de caso históricos em que a diplomacia coercitiva foi aplicada, como a crise dos mísseis em Cuba e as crises no Oriente Médio. Cada caso é analisado para identificar as condições em que a diplomacia coercitiva teve sucesso ou falhou e as lições aprendidas.

Segundo George e Simons (1994), a eficácia da diplomacia coercitiva depende da credibilidade das ameaças realizadas. Se as ameaças são percebidas como vazias ou não viáveis, a abordagem pode falhar. É premente que o país que utiliza a diplomacia coercitiva tenha a capacidade real de implementar as ameaças ou ofertas propostas. O sucesso também depende da compreensão precisa das motivações e expectativas do adversário.

Algumas nações podem estar dispostas a resistir às ameaças devido a considerações ideológicas, estratégicas ou culturais, tornando a diplomacia coercitiva menos atraente. Há o risco de que a diplomacia coercitiva possa escalar para um conflito total se as ameaças forem interpretadas como agressivas ou desproporcionais. A comunicação clara e precisa das intenções e das consequências das ações é essencial para evitar mal-entendidos e garantir que as ameaças sejam levadas a sério.

George e Simons (1994) sugerem que uma abordagem integrada, que combine diplomacia coercitiva com outras ferramentas de política externa pode ser mais exitoso. É importante avaliar continuamente a situação e ajustar a estratégia conforme necessário para responder a mudanças nas dinâmicas do conflito e nas reações do adversário.

Hill (2003) examina a evolução da política externa em um mundo cada vez mais interconectado e complexo. Enfatiza a necessidade de uma coordenação robusta entre esforços diplomáticos e militares para enfrentar desafios globais que não podem ser resolvidos por uma abordagem unidimensional.

Ele observa que a política externa está passando por transformações significativas devido a uma série de fatores, como a globalização, a crescente interdependência econômica e o surgimento de novos atores internacionais. As questões globais contemporâneas, como o terrorismo, a proliferação de armas e as

mudanças climáticas são complexas e interconectadas, exigindo uma abordagem mais integrada para a política externa.

Hill (2003) destaca a importância de coordenar esforços diplomáticos e militares para responder eficazmente aos desafios globais. Ele argumenta que uma política externa bem-sucedida deve integrar ferramentas de soft power (diplomacia e ajuda humanitária) e hard power (militar e econômico). A necessidade de uma abordagem holística é ressaltada, onde as ações militares devem ser complementadas por estratégias diplomáticas e vice-versa para criar uma estratégia de política externa coesa e duradoura.

Hill (2003) explora os desafios de coordenação entre diferentes ramos do governo e entre diferentes países, especialmente em cenários onde a cooperação internacional é essencial para resolver crises globais. Apesar dos desafios, ele identifica oportunidades para desenvolver estratégias integradas que aproveitem a interação entre diplomacia e militarismo para enfrentar ameaças de forma mais eficaz.

A globalização é um fator central na discussão de Hill, visto que bebe na fonte do neoliberal Nye, na interdependência complexa<sup>18</sup>, pois altera a dinâmica da política externa ao aumentar a interdependência entre nações e a necessidade de cooperação internacional. Ele também considera o impacto dos novos atores no cenário internacional, como organizações não governamentais e atores não estatais e como eles influenciam a formulação da política externa.

Hill (2003) sugere que a formulação de políticas externas deve ser realizada e ajustada para refletir as mudanças no cenário global e a necessidade de uma assertiva mais coordenada e integrada. A capacidade de resposta das nações a crises internacionais pode ser significativamente aprimorada por meio de uma melhor integração entre diferentes aspectos da política externa e uma compreensão mais profunda das complexas interações globais.

Trubowitz (2011) investiga como as considerações políticas internas e externas moldam a estratégia de segurança nacional dos EUA. Ele analisa a interação entre ambições partidárias e a formulação de políticas estratégicas, destacando a importância de alinhar diplomacia e defesa para alcançar objetivos estratégicos.

---

<sup>18</sup> A interdependência complexa é um conceito desenvolvido por Robert Keohane e Joseph Nye em sua obra *Power and Interdependence* (1977), que desafia a visão tradicional das Relações Internacionais, caracterizada pela anarquia e pela busca por poder entre Estados. A teoria da interdependência complexa propõe que, no contexto contemporâneo, os Estados estão profundamente entrelaçados em múltiplas relações de interdependência, não apenas militares, mas também econômicas, sociais e ambientais.

Trubowitz (2011) explora como as ambições e dinâmicas políticas externas, especialmente entre partidos políticos, influenciam as decisões de segurança nacional. Ele argumenta que os líderes políticos muitas vezes moldam a estratégia de segurança para atender às necessidades partidárias e eleitorais, o que pode impactar a coesão e eficácia da política externa. Ele discute como pressões eleitorais e políticas internas podem levar a decisões estratégicas que buscam agradar eleitores ou grupos de interesse específicos, às vezes em detrimento de uma estratégia de longo prazo mais consistente.

Trubowitz (2011) examina como a dinâmica global, incluindo a ascensão de potências emergentes e a evolução das ameaças internacionais, influencia a estratégia de segurança dos EUA. Ele aborda como as mudanças no ambiente internacional forçam os líderes a ajustar suas políticas para manter a posição de poder dos EUA. Também analisa como os interesses estratégicos dos estadunidenses, como segurança nacional e influências geopolíticas, interagem com as ambições partidárias e moldam as decisões de política externa.

Conforme Trubowitz (2011) um alinhamento permanente entre diplomacia e defesa é a base para alcançar objetivos estratégicos. Ele defende que a integração dessas duas dimensões da política externa ajuda a criar uma estratégia mais coerente. A importância da coordenação entre os diferentes componentes da estratégia nacional para evitar conflitos internos e garantir que os esforços diplomáticos e militares se complementem.

O conflito entre partidos podem levar a estratégias inconsistentes ou fragmentadas. A competição entre partidos pode resultar em mudanças abruptas nas políticas de segurança nacional, afetando a continuidade e a eficácia da estratégia. Ele sugere que é necessário encontrar um equilíbrio entre as ambições partidárias e as exigências da política externa para promover uma abordagem mais estável e sustentável.

Trubowitz (2011) oferece uma análise sobre como os EUA podem adaptar suas estratégias de segurança para melhor alinhar interesses partidários e objetivos estratégicos. Ele sugere que uma compreensão mais profunda das dinâmicas internas e externas pode levar a políticas mais eficazes. Enfatiza a importância de um planejamento estratégico que leve em consideração tanto as ambições internas quanto as exigências externas, ajudando a formular uma política externa que seja sólida e bem coordenada.

Os Livros Brancos de Defesa Nacional e Política Externa (conhecidos internacionalmente como *White Papers on Defense and Foreign Policy*) são documentos oficiais publicados por governos para delinear as suas estratégias e prioridades nas áreas de defesa e política externa. Estes documentos são fundamentais para comunicar a visão do governo sobre segurança nacional, definir as ameaças e desafios atuais, e explicar como a integração de diplomacia e defesa é importante para proteger e promover os interesses nacionais. Governos de países como o Reino Unido, EUA, Austrália, e outros frequentemente utilizam esses documentos para orientar suas políticas e ações.

A atual edição do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) do Brasil foi editado em 2020 com o propósito promover a transparência das políticas de defesa. Ao tornar públicas as diretrizes de defesa, o governo brasileiro busca fortalecer a confiança com a sociedade, garantindo que os objetivos e estratégias adotadas estejam em consonância com o interesse nacional.

Além disso, o LBDN serve como uma ferramenta de diplomacia ao explicar para a comunidade internacional as intenções do Brasil em termos de defesa, reforçando o compromisso do país com a paz e a cooperação global. Ao fazer isso, o Brasil procura evitar mal-entendidos e tensões internacionais, ao mesmo tempo em que afirma sua soberania e o direito de defender seus interesses.

Finalmente, o LBDN também desempenha um papel educativo, fornecendo ao público uma compreensão mais profunda dos desafios de defesa enfrentados pelo país e do papel vital das Forças Armadas na proteção da soberania e na promoção da segurança e estabilidade regional e global.

Os Livros Brancos começam com uma análise abrangente do cenário internacional, identificando as principais ameaças e oportunidades. Eles avaliam o ambiente de segurança global, incluindo a ascensão de potências regionais, o terrorismo, as ameaças cibernéticas, e outras formas de conflito híbrido. Esta avaliação contextualiza a necessidade de uma abordagem integrada entre diplomacia e defesa.

A integração de diplomacia e defesa é um tema abordado. Os documentos discutem como uma política externa eficaz depende de uma base de defesa forte, e vice-versa. A diplomacia é apresentada como a primeira linha de defesa, utilizando negociações, alianças, e instituições multilaterais para resolver conflitos e promover a paz. Simultaneamente, a força militar é vista como um suporte primordial para a

diplomacia, garantindo que os compromissos diplomáticos sejam respaldados por uma capacidade de defesa credível.

Os Livros Brancos detalham as políticas e estratégias de defesa que serão implementadas para proteger o país. Isso inclui o desenvolvimento de capacidades militares avançadas, a modernização das forças armadas, e a preparação para responder a uma variedade de ameaças. A ênfase é colocada na flexibilidade e na capacidade de adaptação das forças militares para operar em diferentes contextos, desde conflitos de alta intensidade até operações de paz e ajuda humanitária.

A importância das alianças e parcerias estratégicas é destacada. Documentos como o *National Defense Strategy* (NDS<sup>19</sup>) dos EUA e o *Strategic Defense and Security Review* (SDSR<sup>20</sup>) do Reino Unido enfatizam a necessidade de trabalhar com aliados e parceiros internacionais para enfrentar ameaças comuns. A OTAN, por exemplo, é frequentemente mencionada como um pilar fundamental da segurança coletiva e da política externa ocidental.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil, lançada em 2008 e editada em 2020 é um documento fundamental que orienta as diretrizes e ações das Forças Armadas brasileiras para garantir a soberania, a integridade territorial e os interesses nacionais. A END busca alinhar as capacidades militares com as necessidades estratégicas do país, levando em conta o cenário internacional, as ameaças potenciais e os desafios contemporâneos.

A necessidade de coordenação entre diferentes agências governamentais é enfatizada. A integração de esforços entre o MRE, o MD e outras entidades governamentais é primordial para uma resposta coesa e capaz às ameaças. Exemplos de boas práticas incluem a criação de comitês interministeriais e a implementação de mecanismos de compartilhamento de informações.

Os documentos não apenas identificam desafios, mas também propõem soluções práticas. Eles abordam questões como a resiliência cibernética, a segurança energética, e a prevenção de conflitos. Recomendações incluem o aumento de investimento em tecnologia, a formação de forças de resposta rápida, e a intensificação da diplomacia preventiva.

---

<sup>19</sup> National Defense Strategy (NDS) pode ser traduzido como Estratégia de Defesa Nacional.

<sup>20</sup> Strategic Defense and Security Review (SDSR) pode ser traduzido como Revisão Estratégica de Defesa e Segurança.

Os Livros Brancos, geralmente, concluem com uma visão para o futuro da segurança nacional. Eles delineiam planos de longo prazo para assegurar que as forças armadas e a política externa estejam preparadas para enfrentar desafios emergentes. Isso pode incluir a adaptação às mudanças climáticas, a inovação tecnológica, e a evolução das ameaças globais.

O SDSR do Reino Unido é um exemplo de documento que articula a estratégia de defesa e segurança do país. O SDSR de 2015, por exemplo, destaca a necessidade de integração entre as capacidades de defesa e diplomacia, enfatizando a importância de uma abordagem global para a segurança, que inclui a cooperação internacional e o fortalecimento de alianças como a OTAN.

O NDS dos EUA é um documento fundamental que orienta a política de defesa do país. A edição de 2018, por exemplo, identifica a Rússia e a China como principais desafios estratégicos e enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada que combine poder militar com esforços diplomáticos para assegurar a liderança dos EUA no cenário global.

O Livro Branco de Defesa (*Defence White Paper*) da Austrália é outro exemplo de como os governos utilizam esses documentos para articular suas políticas de defesa e segurança. A edição de 2016 enfatiza a importância de parcerias estratégicas na região Ásia-Pacífico e destaca a necessidade de uma defesa robusta que trabalhe em conjunto com uma diplomacia ativa para promover a paz e a estabilidade regional.

Por conseguinte, os Livros Brancos de Defesa e Política Externa desempenham um papel vital na definição e comunicação das estratégias de segurança nacional dos governos. Eles sublinham a importância da integração entre diplomacia e defesa, mostrando como uma abordagem coordenada e coesa pode aumentar a eficácia das políticas externas e de defesa. Ao fornecer uma visão clara e detalhada das ameaças e das respostas planejadas, esses documentos ajudam a orientar as ações governamentais e a assegurar a proteção dos interesses nacionais em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

A *National Security Strategy* (NSS<sup>21</sup>) dos EUA é um documento capital que delinea a visão e as prioridades do governo estadunidense em termos de segurança nacional. Publicado periodicamente pela Casa Branca, o NSS descreve as ameaças

---

<sup>21</sup> National Security Strategy (NSS) pode ser traduzido como Estratégia de Segurança Nacional.

e desafios enfrentados pelo país, bem como as estratégias para enfrentá-los. Um dos temas centrais desses documentos é a importância da integração entre diplomacia e defesa para proteger e promover os interesses nacionais de forma eficaz e sustentável.

A NSS começa com uma avaliação detalhada do cenário global, identificando as principais ameaças à segurança dos EUA. Essas ameaças incluem o terrorismo internacional, a ascensão de potências como a China e a Rússia, ameaças cibernéticas, proliferação de armas de destruição em massa, e mudanças climáticas.

O documento enfatiza, repetidamente, a importância de combinar esforços diplomáticos e militares para alcançar os objetivos de segurança nacional. A diplomacia é vista como a linha de frente, essencial para prevenir conflitos, construir alianças, e promover a paz. Simultaneamente, as capacidades de defesa dos EUA servem como um respaldo robusto para as iniciativas diplomáticas, assegurando que os compromissos estadunidenses sejam apoiados por uma capacidade de resposta robusta e credível.

A NSS detalha estratégias de diplomacia que os EUA empregam para enfrentar ameaças e promover a estabilidade global. Isso inclui negociações de tratados internacionais, a mediação de conflitos, a promoção de direitos humanos e a democracia, e o engajamento em organizações multilaterais como a ONU e a OTAN. A diplomacia econômica também é destacada, com ênfase em acordos comerciais e assistência ao desenvolvimento para fortalecer relações internacionais e promover prosperidade global.

O documento descreve as prioridades para a modernização e a preparação das forças armadas dos EUA. Isso inclui o desenvolvimento de novas tecnologias militares, a modernização de equipamentos e infraestrutura, e a formação e treinamento de tropas para enfrentar uma ampla gama de ameaças. A preparação das forças armadas é vista como fundamental para garantir que os EUA possam responder, eficazmente, a crises e dissuadir agressões.

A NSS aponta a importância das relações com aliados e parceiros estratégicos. A construção e manutenção de alianças fortes são vitais para a segurança nacional dos EUA. O documento menciona especificamente a OTAN, as parcerias no Indo-Pacífico e as colaborações com países da América Latina, África e Oriente Médio. A coordenação em áreas como inteligência, treinamento militar conjunto e combinado,

e assistência de segurança são destacadas como elementos essenciais dessas parcerias.

A necessidade de coordenação eficaz entre diferentes agências governamentais é enfatizada ao longo do documento. A NSS destaca como o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa, a comunidade de inteligência e outras agências devem trabalhar em estreita colaboração para implementar uma política de segurança nacional coesa. Exemplos de coordenação interagências incluem operações conjuntas em zonas de conflito, esforços combinados de combate ao terrorismo e respostas coordenadas a desastres naturais e crises humanitárias.

A NSS aborda os desafios emergentes, como a guerra cibernética, a inteligência artificial e a proliferação de tecnologias avançadas. O documento enfatiza a necessidade de os EUA se manterem na vanguarda da inovação tecnológica para garantir a superioridade militar e a resiliência cibernética. Estratégias incluem o investimento em pesquisa e desenvolvimento, parcerias com o setor privado e a formação de uma força de trabalho altamente qualificada em áreas críticas.

A promoção de valores estadunidenses como democracia, direitos humanos, e o estado de direito é um tema recorrente na NSS. A política externa dos EUA é apresentada não apenas como uma busca por segurança, mas também como um esforço para promover um mundo mais livre e justo. A diplomacia pública e os programas de intercâmbio cultural são mencionados como meios para fortalecer a influência dos valores dos EUA no exterior.

Portanto, a *National Security Strategy* dos EUA enfatiza a integração entre diplomacia e defesa como fundamental para proteger e promover os interesses nacionais. Ao combinar esforços diplomáticos proativos com uma postura de defesa robusta, os EUA buscam criar um ambiente internacional mais seguro e estável. O NSS serve como um guia abrangente para as ações do governo estadunidense, delineando estratégias claras para enfrentar as ameaças globais e fortalecer a posição dos EUA no mundo. Ao destacar a importância da coordenação interagências, das alianças estratégicas, e da inovação tecnológica, o documento reforça a complexidade e a interconexão das questões de segurança no século XXI.

Os relatórios da *RAND Corporation*<sup>22</sup> frequentemente abordam a integração entre diplomacia e defesa, fornecendo análises detalhadas e recomendações estratégicas para formuladores de políticas. Ela, uma organização de pesquisa sem fins lucrativos, realiza estudos rigorosos que influenciam a tomada de decisões em segurança nacional, defesa, e política externa. Estes relatórios são valiosos para entender como a integração de diplomacia e defesa pode fortalecer a segurança nacional e promover a estabilidade global.

A instituição começa com uma avaliação abrangente das ameaças globais, identificando riscos emergentes e desafios contínuos. Estes estudos fornecem uma base para entender como a interação entre diplomacia e defesa pode ser utilizada para mitigar essas ameaças. A análise inclui desde o terrorismo e conflitos regionais até a competição entre grandes potências e a guerra cibernética.

A integração de diplomacia e defesa é um tema central nos relatórios da *RAND*. A organização argumenta que a defesa e a diplomacia devem trabalhar juntas para criar uma abordagem coesa e eficaz. A diplomacia é vista como principal para prevenir conflitos e resolver disputas, enquanto a defesa fornece o respaldo necessário para garantir a segurança e a credibilidade das ações diplomáticas.

Muitos relatórios da organização incluem estudos de caso que ilustram a integração bem-sucedida entre diplomacia e defesa. Exemplos incluem a cooperação militar e diplomática na OTAN, a resposta dos EUA e aliados ao terrorismo no Oriente Médio e a gestão de crises na Ásia-Pacífico. Esses estudos de caso fornecem lições valiosas sobre como a integração de esforços pode levar a resultados positivos em segurança nacional.

A instituição analisa políticas de defesa e estratégias militares, oferecendo recomendações para melhorar a capacidade de resposta dos EUA e de seus aliados. Isso inclui o desenvolvimento de novas tecnologias militares, a modernização de forças armadas e a preparação para uma variedade de cenários de conflito. A organização destaca a importância de uma postura de defesa consolidada para apoiar e complementar os esforços diplomáticos.

---

<sup>22</sup> RAND Corporation, organização de pesquisa e análise sem fins lucrativos, sediada nos EUA, que realiza estudos em diversas áreas, como segurança nacional, políticas públicas, saúde, educação e economia. Fundada em 1948, a RAND é reconhecida por sua abordagem baseada em evidências e por influenciar a formulação de políticas governamentais ao redor do mundo.

A *RAND* analisa o impacto das inovações tecnológicas na segurança nacional e nas relações internacionais. A organização destaca como tecnologias emergentes, a inteligência artificial, a cibernética e os sistemas autônomos estão transformando o campo de batalha e a diplomacia. Ela recomenda investimentos em pesquisa e desenvolvimento para garantir que os EUA mantenham uma vantagem tecnológica.

Shlapak e Jonhson (2016) examinam como a integração de diplomacia e defesa pode fortalecer a dissuasão na fronteira oriental da OTAN. Eles analisam a importância de uma presença militar robusta combinada com esforços diplomáticos para tranquilizar os aliados e dissuadir a agressão russa; Khalilzad, Orletsky e outros (2001) oferecem recomendações para a política dos EUA na Ásia, destacando como a diplomacia e a defesa podem ser integradas para enfrentar a ascensão da China. Eles sugerem uma combinação de engajamento diplomático, alianças estratégicas e presença militar para manter a estabilidade regional; e Jones e Libicki (2008) analisam as operações dos EUA no Afeganistão, mostrando como a integração de esforços diplomáticos e militares foi importante para combater o terrorismo. Ele oferece lições aprendidas e recomendações para futuras operações de contraterrorismo.

Por conseguinte, os relatórios fornecem análises detalhadas e recomendações práticas sobre como a interação entre diplomacia e defesa pode fortalecer a segurança nacional e promover a estabilidade global. Ao integrar esforços diplomáticos e militares, os formuladores de políticas podem criar uma abordagem coesa e robusta para enfrentar as ameaças contemporâneas. Os estudos e análises da *RAND Corporation* são essenciais para entender a complexidade das questões de segurança e desenvolver estratégias que combinam *hard power* e *soft power* de maneira engrazada e eficaz.

Turner (1969) explora como a diplomacia e a defesa, dois pilares fundamentais da política de segurança nacional, podem ser integrados para promover os interesses nacionais de maneira eficaz. Esta analisa tanto os aspectos teóricos quanto práticos dessa integração, oferecendo uma visão abrangente sobre a importância de uma abordagem coesa entre essas duas áreas.

Ele utiliza diversas teorias das relações internacionais, como o realismo, que enfatiza a importância do poder militar, e o liberalismo, que valoriza a cooperação internacional e as instituições. Estas teorias ajudam a contextualizar a necessidade de integração entre diplomacia e defesa.

Explora a evolução da diplomacia e seu papel na prevenção de conflitos e na construção de alianças. A diplomacia é apresentada como os precursores da defesa, enquanto a força militar é utilizada como um respaldo para garantir a segurança e a credibilidade das ações diplomáticas.

Segundo Turner (1969) a diplomacia e a defesa devem ser vistas como complementares. A diplomacia estabelece o terreno para negociações e alianças, enquanto a defesa assegura que esses acordos sejam respeitados e que os interesses nacionais sejam protegidos. Diversos modelos de integração são discutidos, incluindo a “diplomacia coercitiva”, onde a ameaça do uso da força é empregada para alcançar objetivos diplomáticos.

Ele examina a Guerra Fria, destacando como a combinação de estratégias diplomáticas e militares foi crucial para evitar um conflito direto entre superpotências. A diplomacia nuclear e a dissuasão são exemplos de como essas áreas foram integradas. Analisando conflitos mais recentes, esta explora como a integração de esforços diplomáticos e militares foi fundamental para a estabilização e reconstrução de regiões em conflito.

Turner (1969) discute os desafios de coordenação entre diferentes agências governamentais, como o Departamento de Estado e o Departamento de Defesa estadunidenses. A necessidade de comunicação eficiente e estratégias unificadas é enfatizada. O impacto das tecnologias emergentes, como a guerra cibernética e a inteligência artificial, é explorado, mostrando como essas inovações estão mudando a dinâmica da segurança nacional e exigem uma integração ainda maior entre diplomacia e defesa.

Além disso, ele recomenda programas de treinamento que promovam uma compreensão mútua entre diplomatas e militares, incentivando uma cultura de cooperação e integração, e sugere a criação de estratégias de segurança nacional que integrem os esforços diplomáticos e militares, promovendo uma abordagem preventiva e eficaz.

Turner (1969) oferece uma análise aprofundada de como a integração de diplomacia e defesa pode fortalecer a política de segurança nacional. Ao combinar a capacidade de negociar e resolver conflitos pacificamente com a força militar necessária para proteger e apoiar esses esforços, os estados podem enfrentar melhor as complexas ameaças deste século e promover uma ordem internacional estável e segura. Esta integração não apenas otimiza a utilização dos recursos nacionais, mas

também aumenta a eficácia das políticas de segurança, garantindo uma resposta coordenada e coerente às ameaças globais.

Windsor (1965) explora a sinergia entre a diplomacia e o poder militar na formulação e execução de estratégias nacionais argumentando que, para alcançar objetivos de segurança nacional e manter a influência global, os estados devem integrar efetivamente suas capacidades diplomáticas e militares.

São utilizadas teorias clássicas e contemporâneas das relações internacionais para embasar a argumentação, abordando o realismo, que enfatiza a importância do poder militar na segurança nacional, e o liberalismo, que valoriza a cooperação e as instituições internacionais. Explora a evolução da diplomacia ao longo da história, desde as tradições diplomáticas antigas até as práticas modernas, destacando como a diplomacia serve por meio de esforços de comunicação e mediação para resolver disputas pacificamente.

Windsor (1965) discute diferentes modelos de integração entre diplomacia e poder militar. Um exemplo é a “diplomacia coercitiva”, onde a ameaça do uso da força é utilizada para alcançar objetivos diplomáticos. Analisa como a diplomacia e o poder militar são instrumentos complementares na política de segurança nacional. A diplomacia pode criar condições favoráveis e alianças, enquanto o poder militar oferece a garantia de cumprimento das promessas e compromissos diplomáticos.

Ele examina a Guerra Fria como um período de integração entre diplomacia e poder militar. A diplomacia nuclear e as estratégias de dissuasão exemplificam como os EUA e a ex-URSS utilizaram uma combinação de negociações e capacidade militar para evitar conflitos diretos. Um estudo de caso moderno, que analisa como a diplomacia falhou em evitar o conflito, levando ao uso do poder militar. E discute as lições aprendidas sobre a importância da diplomacia preventiva e da preparação militar adequada.

São abordados os desafios na coordenação entre agências governamentais, como os Departamentos de Estado e a Defesa, destacando a necessidade de uma comunicação eficiente e estratégias coesas. Windsor (1965) explora o impacto das tecnologias emergentes na integração de diplomacia e defesa, como a cibernética e a inteligência artificial, que estão redefinindo as capacidades de segurança nacional e apresenta recomendações para a formação de diplomatas e militares, enfatizando a necessidade de treinamento conjunto para entenderem melhor as capacidades e limitações uns dos outros. Expõe, também, sugestões para o desenvolvimento de

estratégias de longo prazo que integrem diplomacia e defesa, promovendo uma abordagem de como olhar o futuro pelo prisma da segurança nacional.

Windsor (1965) oferece uma análise profunda sobre como a diplomacia e o poder militar podem ser utilizados de forma complementar para alcançar os objetivos nacionais. Ele aponta a importância de uma abordagem integrada e coordenada, combinando a habilidade de negociar e resolver conflitos pacificamente com a capacidade de projetar poder e dissuadir adversários. Destaca, ainda, que a integração efetiva dessas duas áreas é essencial para enfrentar as complexas ameaças do século XXI e promover uma ordem internacional estável e segura.

#### 4 A DIPLOMACIA E A DEFESA NA PERSPECTIVA PRESCRITIVA

A integração entre diplomacia e defesa, sob a perspectiva do realismo, emerge como uma necessidade estratégica fundamental para os Estados no contexto de um sistema internacional anárquico. Os realistas argumentam que essa integração fortalece a capacidade de dissuasão e projeção de poder, essenciais para a segurança e a sobrevivência do Estado. Esta abordagem é sustentada pela análise de diversos casos históricos, como a Guerra Fria, onde a combinação de diplomacia apoiada por uma força militar robusta foi primordial para evitar conflitos diretos e manter a estabilidade global.

De acordo com o realismo ofensivo de John Mearsheimer (2001), a integração entre diplomacia e defesa torna-se inevitável para as grandes potências que buscam maximizar o seu poder e influência regional. A diplomacia respaldada pelo poder militar não apenas facilita a formação de alianças estratégicas, mas também desempenha um papel essencial na dissuasão de adversários, consolidando, assim, a hegemonia regional e global das potências.

Além disso, sob a ótica do realismo clássico de Gaddis (2018), a integração entre diplomacia e defesa é fundamental para a promoção dos interesses nacionais em um ambiente de competição constante entre Estados. Líderes históricos como Bismarck e Augusto exemplificam como a combinação estratégica de poder militar e diplomacia pujante podem proteger Estados e promover suas agendas no cenário internacional.

A necessidade de enfrentar ameaças híbridas, como demonstrado pela anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014, reforça a importância de uma coordenação eficiente entre ferramentas militares e diplomáticas para conter agressões e manter a estabilidade internacional. Sob essa perspectiva, a diplomacia e o poder militar atuam de maneira complementar, garantindo a dissuasão de adversários e a proteção dos interesses nacionais em um ambiente anárquico.

Por conseguinte, o realismo aponta que a integração entre diplomacia e defesa não apenas fortalece a segurança nacional, mas também é angular para a projeção de poder e a proteção dos interesses estratégicos em um mundo caracterizado pela competição entre Estados soberanos. A diplomacia coercitiva, onde a ameaça do uso da força é utilizada para alcançar objetivos diplomáticos, exemplifica como essas

abordagens podem ser implementadas de maneira pragmática e eficaz para a defesa dos Estados em um sistema internacional complexo e desafiador.

No contexto do liberalismo, a integração entre diplomacia e defesa é vital para promover a cooperação internacional e fortalecer as instituições globais. O liberalismo valoriza a colaboração entre organizações como a OTAN e a ONU, reconhecendo que essa cooperação é essencial para enfrentar desafios globais de maneira coordenada. A diplomacia estratégica desempenha um papel importante ao negociar tratados, formar alianças e estabelecer normas internacionais que contribuem para a estabilidade internacional e reduzem a necessidade de intervenções militares diretas.

Sob a perspectiva liberal, a integração entre diplomacia e defesa facilita a criação de um sistema internacional mais estável e cooperativo. A diplomacia não apenas constrói alianças, mas também resolve conflitos pacificamente, enquanto o poder militar serve como uma garantia para o cumprimento dos acordos internacionais. Esta abordagem promove uma ordem global baseada na interdependência e na cooperação, onde a segurança e a prosperidade são alcançadas por meio do fortalecimento das instituições internacionais e da promoção de valores compartilhados entre os Estados.

A análise dos relatórios da *RAND Corporation* reforça a visão liberal ao destacar a importância das alianças e da cooperação multilateral na defesa contra ameaças globais. Essa perspectiva enfatiza o engajamento diplomático e a assistência ao desenvolvimento como complementos essenciais ao poder militar, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada para promover a estabilidade e a segurança global.

O liberalismo oferece uma visão otimista e cooperativa da integração entre diplomacia e defesa, destacando como essa cooperação não apenas protege os interesses nacionais, mas também promove um ambiente internacional mais previsível e propício ao desenvolvimento conjunto de soluções para desafios globais.

No contexto construtivista, a integração entre diplomacia e defesa é profundamente influenciada por normas, valores e identidades compartilhadas, diferenciando-se das perspectivas realistas e liberais que enfatizam o poder e a cooperação institucional, respectivamente. O construtivismo destaca como as normas emergentes e as identidades coletivas moldam a interação entre a diplomacia e defesa.

Segundo o construtivismo, a diplomacia e a defesa são moldadas por normas internacionais emergentes, como democracia, direitos humanos e estabilidade global. A promoção desses valores, por meio da diplomacia pública e da ação militar coordenada, visa a influenciar a percepção global e fortalecer a legitimidade das ações internacionais.

A construção de uma identidade nacional que valoriza a liderança global, a cooperação pacífica e a promoção de valores universais como liberdade e justiça, como descrito na Estratégia Nacional de Segurança dos EUA, exemplifica como a integração entre diplomacia e defesa pode refletir e reforçar identidades nacionais e internacionais compartilhadas.

O construtivismo destaca a importância das narrativas estratégicas e da diplomacia cultural para moldar percepções internacionais e construir coalizões baseadas em valores comuns. Exemplos históricos, como a utilização de diplomacia por líderes como Lincoln e Elizabeth I, ilustram como a construção de narrativas podem influenciar comportamentos e formar alianças estratégicas.

Em face de desafios contemporâneos como a guerra híbrida, onde a desinformação e a propaganda são utilizadas para minar normas e percepções estabelecidas, a diplomacia construtivista se concentra em contrapor essas estratégias por meio de alianças baseadas em valores compartilhados e diplomacia pública eficaz.

A capacidade de adaptar as forças militares e utilizar a diplomacia ativa para fortalecer normas e valores compartilhados reforça a posição de um país no cenário internacional. A cooperação multilateral, apoiada por uma diplomacia construtivista, não apenas fortalece a segurança nacional, mas também promove uma ordem global mais estável e solidária.

O construtivismo oferece uma abordagem que enfatiza a importância das normas, identidades e percepções compartilhadas na integração entre diplomacia e defesa. Ao promover valores universais e construir narrativas estratégicas, essa perspectiva busca não apenas resolver conflitos, mas também transformar as dinâmicas globais em direção a uma cooperação internacional mais significativa e duradoura.

A integração entre diplomacia e defesa, conforme abordada sob o prisma da estrutura organizacional, destaca a importância primordial de uma organização

eficiente para garantir a cooperação e implementação eficaz de políticas de segurança nacional.

A eficiência na integração entre diplomacia e defesa depende, diretamente, da coordenação entre diferentes agências governamentais, como o MRE e o MD. A centralização das decisões estratégicas em um órgão coordenador é fundamental para assegurar que as políticas sejam implementadas de maneira coesa e integrada, facilitando uma resposta unificada às ameaças.

A estrutura organizacional conhecida e entendida por todos os atores, que inclui uma cadeia de comando bem definida e a especialização do trabalho, garante que as respostas às ameaças sejam rápidas e coordenadas. A formalização dos processos aumenta a eficácia ao promover uma implementação consistente e alinhada com os objetivos estratégicos estabelecidos.

A departamentalização funcional é destacada como um meio para alinhar as políticas de segurança nacional com os interesses e objetivos nacionais. Essa prática facilita a cooperação entre diferentes ramos das forças armadas e agências governamentais, promovendo uma abordagem integrada na proteção dos interesses nacionais.

A integração eficiente entre diplomacia e defesa, apoiada por uma estrutura organizacional bem definida, permite uma comunicação eficiente e a implementação de estratégias unificadas. Isso não só fortalece a capacidade de defesa do país, mas também promove uma resposta coordenada e eficaz às ameaças à segurança nacional.

As práticas observadas nas grandes potências e nos relatórios da *RAND* destacam como uma estrutura organizacional eficiente pode facilitar a colaboração entre departamentos e agências, essencial para enfrentar desafios complexos como ameaças híbridas e cibernéticas.

Uma estrutura organizacional clara e eficiente é essencial para a integração bem-sucedida entre diplomacia e defesa, proporcionando a base necessária para uma resposta eficaz e coordenada às dinâmicas ameaças contemporâneas à segurança nacional.

A especialização do trabalho entre diplomatas e militares emerge como um elemento crucial para enfrentar as ameaças contemporâneas e promover uma resposta eficaz e integrada.

A colaboração entre diplomatas, militares e especialistas em segurança é essencial para fortalecer a capacidade de resposta as ameaças como o terrorismo internacional e a guerra cibernética. O desenvolvimento de capacidades avançadas e programas de treinamento conjunto são recomendados para garantir uma resposta coordenada e eficaz.

A Estratégia Nacional de Segurança dos EUA e os relatórios da *RAND* destacam a importância de desenvolver especializações em áreas críticas como cibersegurança e inteligência artificial (IA). Isso não só fortalece a defesa nacional, mas também capacita os agentes envolvidos a lidar com desafios emergentes de forma proativa e eficiente.

A criação de equipes multidisciplinares, como proposto por Mearsheimer (2001) e Gaddis (2018), é fundamental para combinar habilidades diplomáticas e militares. Isso não apenas melhora a cooperação interna, mas também permite uma abordagem mais abrangente e integrada na formulação de estratégias de segurança nacional.

A especialização do trabalho facilita a formação de forças de resposta rápida e a proteção de infraestruturas críticas. Os Livros Brancos ressaltam que essa abordagem fortalece a capacidade de resposta a ameaças complexas e reforça a segurança nacional por meio da combinação de conhecimentos especializados.

A expertise desenvolvida por meio da especialização permite que diplomatas e militares enfrentem desafios específicos de segurança com maior eficácia. Isso inclui não apenas a defesa cibernética e o combate ao terrorismo, mas também a adaptação a campanhas de desinformação e outras formas de ameaças híbridas.

Em resumo, a especialização do trabalho entre diplomatas, militares e especialistas em segurança é fundamental para uma abordagem integrada e eficaz na resposta às ameaças contemporâneas. O desenvolvimento de capacidades avançadas e a colaboração multidisciplinar são essenciais para promover a segurança nacional de forma sustentável e adaptável às rápidas mudanças no cenário global.

A departamentalização funcional, onde unidades especializadas em diplomacia e defesa trabalham em conjunto, emerge como um elemento essencial para enfrentar as complexas ameaças modernas.

A colaboração entre MD, MRE, agências de inteligência e organismos internacionais permite uma resposta integrada e abrangente às ameaças à segurança nacional. A departamentalização funcional facilita a coordenação e melhora a alocação de recursos, proporcionando uma resposta mais ágil e eficaz.

Tanto a Estratégia Nacional de Segurança quanto os Livros Brancos destacam a importância da coordenação interagências e a criação de comitês interministeriais. Essas práticas são interessantes para garantir uma abordagem coesa e eficaz à segurança nacional, onde diferentes ministérios e agências colaboram de forma integrada.

A departamentalização permite que as especializações em diplomacia e defesa sejam maximizadas, promovendo sinergia entre áreas distintas de expertise. Isso não apenas fortalece a capacidade de resposta, mas também melhora a eficiência na abordagem das complexas dinâmicas de segurança global.

Em um ambiente de ameaças cada vez mais diversificado e interconectado, a colaboração entre diferentes departamentos e agências é essencial. A departamentalização funcional oferece uma estrutura organizacional que facilita essa resposta integrada, essencial para garantir a segurança nacional de maneira eficaz e adaptável.

Por conseguinte, a departamentalização funcional emerge como uma abordagem estratégica relevante para enfrentar as complexidades das ameaças modernas. Ao promover a colaboração entre diversas áreas de especialização, essa prática facilita uma resposta integrada e eficiente às dinâmicas desafiantes do cenário global contemporâneo.

Uma cadeia de comando clara e eficiente é fundamental para a integração de diplomacia e defesa. A liderança centralizada e a coordenação eficaz entre diferentes níveis hierárquicos garantem que as políticas de segurança nacional sejam implementadas de maneira coesa e eficaz. Isso assegura uma resposta rápida e coordenada às ameaças globais, harmonizando as ações diplomáticas e militares.

A hierarquia clara dentro das agências diplomáticas e militares melhora a coordenação e a implementação das estratégias de segurança. Essa estrutura facilita decisões rápidas e eficientes, permitindo que as políticas de segurança integradas sejam executadas de forma integrada e eficaz.

Mearsheimer (2001) e Gaddis (2018) destacam como líderes estratégicos historicamente utilizaram estruturas hierárquicas conhecidas e entendidas por todos para implementar as suas estratégias de maneira eficaz. Isso reforça a importância de uma cadeia de comando bem definida para a execução eficiente das políticas de segurança integradas.

A organização *RAND* e as estratégias delineadas no NSS enfatizam a necessidade de uma cadeia de comando clara e eficiente. Isso é fundamental para garantir uma resposta coerente e rápida às crises, promovendo uma implementação coesa e eficaz das políticas de segurança.

Essas conclusões ressaltam a importância crítica de uma cadeia de comando bem estruturada na implementação de políticas integradas de segurança nacional, assegurando uma resposta eficiente às ameaças contemporâneas.

A centralização das decisões estratégicas em um órgão coordenador é interessante para promover uma abordagem unificada e eficiente na integração entre diplomacia e defesa. Isso permite uma resposta rápida e coordenada a ameaças multifacetadas, garantindo a proteção dos interesses nacionais de maneira eficaz.

Mearsheimer (2001) e Gaddis (2018) destacam como líderes históricos centralizaram o comando para alinhar políticas de segurança com objetivos nacionais, promovendo uma resposta unificada a ameaças. Isso ilustra como a centralização pode evitar duplicidade de esforços e otimizar a resposta a crises e oportunidades.

A centralização das decisões estratégicas, conforme recomendado pela *RAND* e outros relatórios, facilita a coordenação e implementação de políticas de segurança nacional. Essa abordagem unificada é primordial para enfrentar ameaças globais de forma coordenada, garantindo eficiência no uso de recursos e alinhamento das estratégias de diplomacia e defesa.

Essas conclusões ressaltam a importância de uma centralização estratégica bem planejada para garantir uma resposta integrada e eficaz a desafios complexos de segurança nacional e global.

A formalização de processos e procedimentos é vital para integrar efetivamente diplomacia e defesa. Estabelecer protocolos e diretrizes comuns ajuda a garantir consistência e previsibilidade nas ações de segurança nacional, assegurando que as respostas sejam coordenadas e alinhadas com os objetivos estratégicos.

Tanto Gaddis (2018) quanto os Livros Brancos enfatizam como a formalização fortalece a integração entre diplomacia e defesa. Isso não apenas melhora a eficácia das políticas de segurança, mas também institucionaliza práticas de cooperação essenciais para lidar com ameaças emergentes de maneira eficaz e integrada.

A *RAND* e o NSS destacam a importância crítica de protocolos e diretrizes comuns para enfrentar desafios contemporâneos de segurança. Essa formalização

não apenas facilita a cooperação interdepartamental, mas também estabelece uma base sólida para a execução coesa e eficiente de políticas de segurança nacional.

Essas conclusões sublinham como a formalização dos processos não é apenas um aspecto burocrático, mas um componente essencial para a resposta eficaz e integrada a ameaças complexas e dinâmicas que enfrentamos hoje em dia.

## 5 DIPLOMACIA NAVAL

Como um dos instrumentos mais antigos e eficazes da projeção de poder e influência dos Estados, a diplomacia naval desempenha um papel central na interface entre defesa e relações exteriores, conforme uma combinação de ideias de teóricos e autores como Gray (1992), Till (2018) e Cable (1994).

Ao longo da história, as marinhas têm sido usadas não apenas para a defesa territorial, mas também como ferramentas diplomáticas que reforçam a presença nacional em regiões estratégicas, promovem a paz e a estabilidade e consolidam alianças.

Este capítulo explora a evolução e as funções contemporâneas da diplomacia naval, analisando como as marinhas modernas utilizam a combinação do poder naval e estratégias diplomáticas para alcançar objetivos nacionais e internacionais, moldando o ambiente de segurança global e regional. Além disso, serão apresentadas sugestões específicas para a MB, baseadas em abordagens teóricas e práticas, com vistas a aprimorar a sua atuação no cenário diplomático internacional.

Gray (1992) oferece uma análise profunda do papel das marinhas como instrumento de poder nacional, enfatizando a importância estratégica do poder naval tanto em tempos de paz quanto em guerra. Ele argumenta que o poder naval vai além do uso militar direto e pode ser uma ferramenta poderosa de diplomacia. Acrescenta como as marinhas, com sua capacidade de projeção de força e presença global, são fundamentais para a dissuasão, a coerção e a demonstração de força em apoio aos objetivos de política externa de um Estado.

Segundo Gray (1992), o poder naval atua como um mediador entre a diplomacia e a defesa. As marinhas têm a capacidade única de se posicionar de forma visível e estratégica em áreas de interesse, enviando sinais diplomáticos claros sem a necessidade de comprometer totalmente o país em um conflito armado. Essa capacidade de estar presente e pronta para agir sem necessariamente usar a força direta é uma das principais vantagens da diplomacia naval, tornando-o um elemento indispensável nas estratégias de segurança nacional.

Till (2018) analisa o papel do poder marítimo no cenário global contemporâneo, destacando a importância das marinhas na diplomacia internacional e na defesa. Ele destaca a flexibilidade e a adaptabilidade das forças navais como um ativo diplomático.

Conforme Till (2018), as marinhas são usadas não apenas para a defesa do território nacional, mas também como instrumentos diplomáticos que ajudam a moldar o ambiente internacional. Ele descreve a diplomacia das canhoneiras e outras formas de diplomacia naval como práticas em que o poder naval é utilizado para alcançar objetivos políticos sem recorrer à guerra.

Pugh (1985) destaca como as marinhas desempenham um papel dual como ferramentas de política externa e de defesa nacional. Ele explora a maneira pela qual as operações navais, ao longo da história, têm sido integradas às estratégias diplomáticas dos Estados, funcionando como instrumentos críticos para a projeção de poder e a manutenção da ordem internacional.

Segundo Pugh (1985), não pode ser esquecido o uso das marinhas em operações de coerção naval, onde o poder naval é empregado para forçar uma mudança no comportamento de um Estado adversário. Ao combinar a ameaça de força com a diplomacia, os Estados podem alcançar objetivos políticos sem necessidade de conflito aberto.

Cable (1994) argumenta que a diplomacia das canhoneiras representa o uso calculado e restrito da força naval para atingir objetivos específicos. Este conceito se refere ao emprego de navios de guerra ou forças navais em exhibições de poder que visam coagir ou persuadir outro Estado a alterar seu comportamento ou tomar certas ações sem que ocorra uma guerra em larga escala.

Cable (1994) sugere que a diplomacia das canhoneiras ainda tem um papel a desempenhar, especialmente em cenários de crise onde a exibição de força naval pode evitar a escalada de conflitos e promover soluções diplomáticas.

Hattendorf (2000) aborda como as marinhas do século XXI operam em um ambiente internacional complexo, onde as linhas entre paz e conflito são frequentemente difusas.

Conforme Hattendorf (2000) a diplomacia naval é explorada como um componente central das estratégias de segurança nacional, onde a presença naval em áreas estratégicas não só protege interesses nacionais, mas também serve para estabilizar regiões instáveis e prevenir conflitos.

Com base nas obras de Colin S. Gray, Geoffrey Till, Michael Pugh, James Cable e John B. Hattendorf, seguem as sugestões para a **Marinha do Brasil** que integram a diplomacia e a defesa por meio do prisma da diplomacia naval.

Aproveitar o poder naval para influência regional e global, por meio de operações de presença e exercícios navais em regiões estratégicas para demonstrar a capacidade de projeção de poder da MB. Isso inclui desdobramentos de navios de guerra e aeronaves em áreas de interesse ou em regiões onde há tensões geopolíticas. Essas exposições não têm o objetivo imediato de combate, mas servem para enviar uma mensagem clara sobre o comprometimento do Brasil com a segurança e a estabilidade regional.

Manter uma presença naval contínua em áreas-chave, como o Atlântico Sul e a região da Amazônia Azul, para proteger interesses estratégicos e garantir a segurança das rotas comerciais. Isso pode incluir a criação de bases navais temporárias ou a manutenção de navios em patrulhas regulares para garantir que o país possa responder, rapidamente, a crises e desafios emergentes.

Empregar o poder naval para apoiar missões que vão além da defesa direta, como operações de assistência humanitária, combate ao tráfico de drogas e proteção de recursos naturais. Essas missões demonstram a capacidade da Marinha de contribuir para a segurança global e reforçam a posição do Brasil como um ator responsável e proativo na arena internacional.

Usar o poder naval para fortalecer alianças e acordos de cooperação com outros países. Participar de operações conjuntas e combinadas com nações amigas para construir laços diplomáticos e militares, promovendo uma rede de apoio que pode ser crucial em momentos de crise.

Envolver-se em atividades de diplomacia por meio de visitas de cortesia a portos estrangeiros, mostrar bandeira, onde navios de guerra brasileiros podem participar de eventos diplomáticos e culturais. Essas visitas ajudam a construir relacionamentos e a aumentar a visibilidade do Brasil no cenário internacional.

Usar o poder naval para apoiar iniciativas internacionais de segurança e estabilidade, como operações de combate à pirataria e missões de manutenção de paz. Isso não só reforça a posição do país como um membro responsável da comunidade internacional, mas também ajuda a promover a ordem global.

Implementar patrulhas navais e operações de controle de áreas estratégicas para demonstrar a capacidade de resposta do Brasil e a disposição de proteger seus interesses. Isso pode incluir a realização de patrulhas regulares em áreas de alto valor estratégico, como a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do Brasil e outras regiões de importância geopolítica.

Empregar uma força naval crível para dissuadir ações adversárias, conforme o tema tão explorado por Cable. Isso pode incluir operações de resposta rápida e a exibição de capacidades militares, como a mobilização de forças navais em resposta a atividades de outros Estados que possam ameaçar os interesses brasileiros.

Utilizar operações limitadas para gerenciar crises e engajar em negociações diplomáticas, evitando a escalada de conflitos totais. O objetivo é pressionar os adversários a negociar e encontrar soluções pacíficas sem recorrer à guerra.

Realizar exercícios e simulações para treinar a força naval em estratégias de “diplomacia das canhoneiras”. Essas atividades ajudam a preparar a Marinha para lidar com situações de pressão e a utilizar o poder naval de forma eficaz para atingir objetivos políticos e diplomáticos.

Engajar-se, ativamente, na organização e participação em exercícios navais multinacionais que envolvam aliados e parceiros estratégicos. Esses exercícios devem cobrir uma ampla gama de cenários, incluindo operações de combate, missões de manutenção da paz e resposta a desastres. A cooperação em tais atividades fortalece os laços com outras marinhas e melhora a capacidade de operar em conjunto em operações internacionais complexas.

Realizar exercícios específicos para aprimorar a interoperabilidade com forças navais de outros países. Isso envolve a padronização de procedimentos, o uso de sistemas de comunicação e a coordenação de táticas, garantindo que as forças navais possam trabalhar, eficazmente, em conjunto. A interoperabilidade é fundamental para a eficácia em operações conjuntas e para a construção de coalizões fortes.

Engajar-se em fóruns e conferências internacionais sobre segurança marítima e defesa para discutir melhores práticas, compartilhar experiências e influenciar a formulação de políticas. Isso não só demonstra o comprometimento da Força com a segurança global, mas também fortalece as parcerias e amplia a influência do país no cenário internacional.

Estabelecer e renovar acordos de cooperação naval com países amigos para garantir um relacionamento contínuo e estratégico. Esses acordos podem incluir compromissos para treinamentos conjuntos, troca de informações e suporte mútuo em operações.

Expandir a participação em exercícios navais para incluir países da região sul-americana como a Argentina. Isso contribui para a construção de capacidades regionais e reforça a posição do Brasil como líder regional em segurança marítima.

Criar e treinar unidades especializadas para responder, rapidamente, a desastres naturais e crises humanitárias. Essas unidades devem estar equipadas com os recursos necessários, como equipamentos médicos e de engenharia, para proporcionar assistência imediata e robusta.

Utilizar a capacidade naval para liderar e participar de missões humanitárias na América Latina, Caribe e no entorno estratégico, especialmente em resposta a desastres naturais ou crises de refugiados. Essas missões demonstram a capacidade do Brasil de atuar como um líder regional e contribuir para a estabilidade e o bem-estar da região.

Colaborar com organizações internacionais e ONG para promover iniciativas de ajuda humanitária. A Marinha pode fornecer suporte logístico e técnico, além de participar em campanhas de arrecadação e sensibilização para questões humanitárias.

Promover a imagem positiva do Brasil por meio de operações humanitárias bem-sucedidas, destacando o papel da Marinha em ajudar países em necessidade. Isso não só fortalece a reputação internacional do Brasil, mas também constrói boas relações com outras nações.

Registrar e divulgar, amplamente, as atividades e conquistas da Marinha em operações humanitárias. Publicar relatórios, estudos de casos e comunicação sobre o impacto das missões de socorro para destacar o comprometimento da Marinha com a paz e a segurança global.

Realizar visitas de cortesia de navios de guerra brasileiros a portos de outros países como uma forma de diplomacia naval. Essas visitas podem incluir eventos culturais, conferências e encontros com líderes locais para fortalecer laços bilaterais e promover uma imagem positiva do Brasil. A presença física de navios de guerra em portos estrangeiros demonstra o comprometimento do Brasil com relações amistosas e cooperação internacional.

Enviar representantes navais para participar de eventos diplomáticos internacionais, como conferências de segurança marítima e fóruns sobre defesa. Isso permite à Marinha do Brasil colaborar com outras nações em discussões sobre questões de interesse comum e influenciar a formulação de políticas internacionais.

Organizar eventos simbólicos, como cerimônias de troca de panóplias e apresentações de saudações oficiais, durante as visitas de navios de guerra. Essas

ações ajudam a criar uma impressão duradoura e positiva sobre a Marinha do Brasil e a fortalecer os relacionamentos bilaterais.

Criar e expandir programas de intercâmbio entre militares da marinha e instituições de defesa de outros países. Esses programas promovem a troca de conhecimentos e melhores práticas, além de fortalecer o entendimento mútuo e a cooperação em questões de segurança.

Utilizar a presença naval para dissuadir ações hostis e prevenir crises regionais. Manter uma presença contínua em áreas estratégicas e sensíveis pode ajudar a reduzir as tensões e prevenir a escalada de conflitos. A presença constante de forças navais também demonstra a disposição do Brasil para proteger seus interesses e apoiar a estabilidade regional.

Utilizar canais de comunicação estabelecidos por meio da presença naval para promover o diálogo e facilitar negociações em casos de disputas ou tensões. A presença de navios de guerra pode servir como um meio de criar uma plataforma para discussões e resolução pacífica de conflitos.

Participar em iniciativas de cooperação internacional e missões de paz para demonstrar o compromisso da Marinha do Brasil com a paz e a estabilidade global. Isso pode incluir a participação em operações de manutenção da paz sob a égide da ONU ou outras organizações internacionais.

Criar e implementar estratégias de desescalamento para situações de crise, utilizando a presença naval de forma a reduzir as tensões e promover soluções diplomáticas. Isso inclui coordenar com outros países e organizações para garantir uma resposta conjunta e eficaz a crises regionais.

Desenvolver e implementar programas educacionais sobre diplomacia naval e segurança marítima para oficiais e praças. Esses programas devem cobrir estratégias de prevenção de conflitos, técnicas de negociação e a importância da diplomacia na segurança nacional.

Realizar campanhas para aumentar a conscientização pública sobre o papel da Marinha na diplomacia e na prevenção de conflitos. Isso ajuda a construir apoio para as iniciativas da Marinha e reforça a importância da diplomacia naval no contexto da segurança nacional.

Reavaliar e ajustar a aplicação do poder naval para influenciar eventos internacionais sem recorrer a grandes conflitos. Isso pode incluir a realização de demonstrações de força em resposta a provocações, o uso de patrulhas para garantir

o cumprimento de normas internacionais e a execução de operações limitadas para exercer pressão sem escalar para uma guerra total.

Implementar operações de influência que utilizem o poder naval para promover interesses e políticas do Brasil de forma não agressiva. Isso inclui a realização de visitas de cortesia, a participação em operações de manutenção da paz e o envolvimento em missões de ajuda humanitária que mostrem o comprometimento do Brasil com a estabilidade e a segurança globais.

Manter um monitoramento constante das mudanças geopolíticas e adaptar as estratégias de diplomacia naval de acordo. Isso inclui a análise de novas ameaças e oportunidades como a ascensão de potências regionais e mudanças nas alianças internacionais.

Desenvolver uma abordagem flexível para a diplomacia naval que permita ajustes rápidos às mudanças nas condições internacionais. Implementar políticas e estratégias que possam ser adaptadas conforme novas informações e situações emergem no cenário global.

Estabelecer e reforçar parcerias com outros países para promover a segurança marítima global e colaborar em questões de interesse comum. A cooperação internacional pode ajudar a reforçar a posição do Brasil e a promover uma ordem marítima estável e segura.

Desenvolver uma estratégia para manter uma presença naval contínua em áreas de interesse estratégico, como regiões com alta atividade comercial, zonas de disputa territorial e áreas de influência regional. Isso pode incluir patrulhas regulares, operações de treinamento e participação em exercícios conjuntos com aliados.

Planejar e executar desdobramentos regulares de forças navais para diferentes regiões, garantindo que a MB possa projetar poder e demonstrar comprometimento com a segurança regional. A rotação de forças permite que a Marinha mantenha uma presença constante sem sobrecarregar recursos.

Empregar navios de ação rápida e de alta visibilidade, como Navio Aeródromo Multipropósito e navios de assalto anfíbio, em operações de demonstração de força e presença. Esses navios têm impacto significativo na projeção de poder e na influência sobre a percepção internacional.

Oferecer contribuições significativas em debates e painéis sobre temas relevantes, compartilhando a experiência da MB em áreas como operações de paz e

segurança no transporte marítimo. Isso reforça a posição do Brasil como um parceiro importante e influente na segurança marítima global.

Estabelecer e fortalecer parcerias bilaterais e regionais com países que compartilham interesses estratégicos semelhantes. Esses relacionamentos podem incluir acordos de cooperação, treinamentos conjuntos e operações coordenadas para promover a segurança e a estabilidade regional.

Desenvolver e implementar estratégias de comunicação para promover as atividades e contribuições da MB no cenário internacional. Isso inclui a publicação de relatórios, a participação em mídias sociais e a produção de materiais informativos que destaquem o papel da Marinha nas operações internacionais e na diplomacia.

Conduzir campanhas de relações públicas para destacar as realizações da Marinha e sua contribuição para a paz e a segurança global. Essas campanhas podem incluir eventos de mídia, conferências de imprensa e apresentações públicas para aumentar a visibilidade e a influência internacional do Brasil.

Criar e promover programas de cooperação técnica e educacional com outras marinhas e instituições de defesa. Isso pode incluir intercâmbios de pessoal, treinamentos conjuntos e programas de desenvolvimento profissional para melhorar a colaboração e a interoperabilidade.

Envolver-se em iniciativas globais e regionais que visem a enfrentar desafios comuns, como o combate à pirataria, a proteção do meio ambiente marinho e a resposta a desastres naturais. Essas ações demonstram o comprometimento da Marinha com a cooperação internacional e a resolução de problemas globais.

Implementar cursos e programas de formação que abordem aspectos de diplomacia naval, incluindo técnicas de negociação internacional, comunicação intercultural e gestão de relações bilaterais. Isso pode incluir a participação em “workshops”, seminários e cursos oferecidos por instituições especializadas em diplomacia e segurança internacional.

Oferecer treinamento focado em estratégias de segurança global, incluindo análise de ameaças, planejamento estratégico e resposta a crises. Treinamentos específicos podem abordar questões como segurança marítima, contrabando e proteção de recursos naturais.

Utilizar simulações e exercícios práticos para treinar o pessoal naval em cenários de diplomacia e gestão de crises. Simulações podem incluir negociações

diplomáticas, respostas a crises regionais e gerenciamento de operações conjuntas com aliados.

Promover uma abordagem multidisciplinar na formação, integrando conhecimentos de defesa, diplomacia e relações internacionais. Isso pode incluir a colaboração com academias militares e instituições de ensino superior para proporcionar uma educação abrangente e relevante.

Desenvolver habilidades de comunicação e mediação para o pessoal naval, focando em técnicas de persuasão, resolução de conflitos e construção de consenso. Esses treinamentos ajudam a equipe a lidar, efetivamente, com situações complexas e a interagir de maneira eficiente com representantes de outros países.

Facilitar programas de intercâmbio e imersão com forças navais de outros países para promover o aprendizado mútuo e a troca de experiências. A participação em programas internacionais permite aos oficiais e praças da MB ganharem experiência prática em diferentes contextos e aumentar sua capacidade de operar em um ambiente globalizado.

Implementar treinamentos focados em planejamento e resposta a crises, incluindo a gestão de operações de emergência, coordenação com outras agências e organizações e tomada de decisões em situações de alta pressão.

Realizar simulações de crises que envolvam múltiplos países e organizações para preparar a equipe para lidar com cenários complexos e coordenar ações em um contexto internacional.

Implementar um sistema de avaliação e feedback contínuo para melhorar as habilidades de gestão de crises da equipe. Isso inclui a realização de análises pós- crise e a incorporação de lições aprendidas em futuros treinamentos e operações.

Oferecer programas de desenvolvimento de liderança focados em habilidades estratégicas, tomadas de decisão e gestão de equipes em contextos diplomáticos e militares. Esses programas preparam os líderes para lidar com as demandas complexas da diplomacia naval e da segurança global.

Incentivar a participação em cursos de atualização e especialização em áreas relevantes, como direito internacional, segurança marítima e política internacional. Essas qualificações adicionais ajudam a manter o pessoal naval atualizado sobre as últimas tendências e desenvolvimentos no campo da segurança global.

Facilitar o treinamento conjunto com outras agências governamentais e organizações internacionais que desempenham papéis em segurança e diplomacia.

Isso promove uma abordagem coordenada e integrada para a gestão de crises e operações internacionais.

Estabelecer parcerias com instituições acadêmicas e centros de pesquisa para promover a pesquisa aplicada e a formação contínua em áreas de interesse estratégico. Isso inclui a colaboração em projetos de pesquisa, estudos de caso e desenvolvimento de novas abordagens para a diplomacia e a segurança marítima.

Algumas destas contribuições são realizadas pela MB, porém existem possibilidades de aperfeiçoamento, a fim de alcançar propósitos mais audaciosos que os atuais.

Por conseguinte, a diplomacia naval por meio da MB deve ser estratégica, adaptativa e proativa, incorporando a utilização eficaz do poder naval, fortalecimento das relações internacionais, integração entre diplomacia e defesa, adaptação às mudanças tecnológicas e geopolíticas, promoção da imagem internacional e aprimoramento contínuo da formação e capacidades. Com uma abordagem abrangente e integrada, a MB pode afirmar sua influência global, proteger os interesses nacionais e contribuir, significativamente, para a paz e a segurança marítima mundial.

## 6 CONCLUSÃO

A presente tese buscou demonstrar a importância da integração entre diplomacia e defesa para a consecução dos interesses nacionais, identificando os benefícios, desafios e estratégias para um incremento de sucesso na sinergia entre o MRE e o MD, bem como apresentou sugestões para intensificar a diplomacia naval no contexto da MB. Desta forma, o objetivo do trabalho foi atingido.

Partindo de uma análise teórica abrangente, que incorporou perspectivas do realismo, liberalismo, construtivismo e princípios de estrutura organizacional, a pesquisa destacou como a fusão entre a diplomacia e defesa pode potencializar a posição estratégica do Brasil no cenário internacional.

A integração entre diplomacia e defesa não deve ser vista como uma simples justaposição de esforços, mas sim como um processo dinâmico e interdependente, onde a capacidade militar e a habilidade diplomática são utilizadas de forma complementar para atingir objetivos comuns. A análise das relações entre o MRE e o MD revelou que, embora existam esforços para a coordenação, ainda há desafios a serem superados para aprimorar essa integração.

As propostas apresentadas nesta tese visam a fortalecer as relações entre o MRE e o MD, promovendo uma cultura organizacional mais integrada e colaborativa. Recomenda-se a criação de mecanismos formais de cooperação, a realização de treinamentos conjuntos e o desenvolvimento de estratégias conjuntas que considerem tanto as realidades diplomáticas quanto as necessidades de defesa.

Além disso, a MB deve continuar a aprimorar a sua capacidade de atuar como um agente diplomático, utilizando suas operações, exercícios e presenças internacionais para reforçar os laços bilaterais e multilaterais do Brasil.

De modo abrangente, a integração entre diplomacia e defesa não é apenas desejável, mas essencial para que o Brasil possa navegar com segurança e eficácia em um mundo cada vez mais complexo, anárquico e interconectado. Ao combinar a persuasão diplomática com a força militar, o país estará melhor equipado para proteger os seus interesses, promover a estabilidade regional e contribuir para a segurança global.

Esta tese, portanto, não só reafirma a importância desse incremento na integração, mas também oferece um conjunto de diretrizes práticas para que ela se torne realidade concreta e eficaz na política externa e de defesa do Brasil.

A interação entre o MD e MRE pode ser reconceituada como uma relação simbiótica, onde o poder militar e a negociação diplomática não são apenas instrumentos complementares, mas também cocriadores de um novo modelo de segurança global.

Em vez de considerar a defesa como um último recurso após o fracasso diplomático, devemos explorar a ideia de uma diplomacia preventiva e proativa, que emprega a presença e a capacidade militar não como ameaças, mas como meios para construir confiança e assegurar a estabilidade.

Neste contexto, as forças armadas poderiam ser vistas não apenas como agentes de dissuasão, mas também como facilitadores de diálogos, promovendo a paz e a segurança por meio de exercícios combinados e interações, além de cooperações internacionais de maneira holística e integrada.

A diplomacia naval se apresenta como um componente estratégico angular na interseção entre a política externa e a defesa de um Estado. Ao integrar o poder militar com abordagens diplomáticas, as marinhas modernas desempenham um papel multifacetado que vai além da simples projeção de força. Elas são instrumentos de dissuasão e de poder, mas também funcionam como agentes de prevenção de conflitos, estabilização de regiões estratégicas e reforço da presença nacional em áreas de interesse geopolítico. Essa combinação de capacidades faz da diplomacia naval uma ferramenta versátil e indispensável para a manutenção da segurança global e da ordem internacional.

Ao explorar as contribuições teóricas de Colin S. Gray, Geoffrey Till, Michael Pugh, James Cable e John B. Hattendorf, é possível entender a amplitude e a complexidade da diplomacia naval. Gray enfatiza a importância do poder marítimo na estratégia global, enquanto Till e Pugh destacam a capacidade das marinhas de atuar como forças de estabilidade e cooperação em tempos de paz. A visão de Cable sobre a diplomacia naval como um meio de exibição de força e de manutenção da paz é complementada por Hattendorf, que sublinha o papel das marinhas em operações multinacionais e em missões de assistência humanitária. Essas abordagens oferecem uma compreensão abrangente do potencial da diplomacia naval na promoção de interesses nacionais e na construção de alianças internacionais duradouras.

A diplomacia naval, portanto, não se limita a funções tradicionais de dissuasão ou à exibição ostensiva de poder. Ela abrange uma gama de atividades que incluem operações de paz, cooperação internacional e resposta a crises humanitárias,

refletindo a complexidade do ambiente estratégico contemporâneo. Por meio dessas operações, as marinhas não apenas asseguram a paz e a estabilidade, mas também promovem valores e interesses nacionais em escala global. A análise dos teóricos supracitados revela que a diplomacia naval é uma extensão natural e necessária da política externa, capaz de responder de forma flexível e eficaz às demandas de um mundo cada vez mais interconectado e imprevisível.

A diplomacia naval do Brasil, em particular, emerge como um instrumento essencial nesse contexto. As ações da MB, quando alinhadas com os objetivos diplomáticos do país, podem não apenas garantir a segurança marítima, mas também promover a cooperação internacional, a presença estratégica e a dissuasão. O papel da Marinha, portanto, transcende o âmbito militar, assumindo uma dimensão diplomática que contribui para a projeção de poder e a defesa dos interesses nacionais.

Para a MB, a adoção das práticas e estratégias discutidas como a presença contínua em pontos focais, o envolvimento em missões humanitárias e a colaboração com aliados, não só fortalecerá a sua influência no cenário global, mas também consolidará a sua posição como uma força estabilizadora e proativa na segurança marítima.

Em um mundo onde as linhas entre paz e conflito são cada vez mais tênues, a flexibilidade e a adaptabilidade oferecidas pela diplomacia naval se tornam basilares para a defesa dos interesses nacionais e para a promoção da paz e da estabilidade global.

Assim, a integração eficaz da diplomacia e defesa por meio do poder naval é uma necessidade para o Brasil, reforçando seu papel como líder regional e parceiro confiável em questões de segurança internacional. A MB deve continuar a aprimorar suas capacidades diplomáticas e operacionais, adaptando-se às dinâmicas globais e regionais para garantir que seus esforços contribuam para manutenção da ordem internacional e a proteção dos interesses nacionais.

## REFERÊNCIAS

- ALLISON, Graham T. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**. 2. ed. New York: Longman, 1999.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: teoria e prática**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 52, n. 2, Brasília, 2009, p. 173-191.
- ART, Robert J. **The Fungibility of Force**. International Security, 1996.
- ART, Robert J.; WALTZ, Kenneth N. **The Use of Force: Military Power and International Politics**. 7. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.
- BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies**. 5. ed. Oxford: Oxford University, 2016.
- BISCOP, Sven; ANDERSSON, Jan Joel. **The EU and the European Security Strategy: Forging a Global Europe**. New York: Routledge, 2006.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. 2. ed. New York: Basic Books, 1998.
- BUZAN, Barry. **People, States and Fear: Na Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner, 1991.
- CABLE, James. **Gunboat Diplomacy: Political Applications of Limited Naval Force**. London: Macmillan, 1971.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: UnB, 2011.
- CHIOZZO, Vitor Deccache. **Diplomacia Naval: instrumento de política externa no mar**. Revista Marítima Brasileira, vol. 138, n. 04/06, 2018, p. 31-42.

CLARKE, Michael; WHITE, Nigel. **Understanding International Security**. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2014.

COSTA, Darc. **Brasil: oportunidades e desafios na era dos grandes riscos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DEUTSCH, Karl W. **The Role of Military in Foreign Policy**. Foreign Affairs, vol. 41, n. 3, 1963, p. 406-419.

DUARTE, Érico; OLIVEIRA, Gustavo de; MIRANDA, Robson. **A política de defesa e a política externa brasileira: continuidade e mudanças**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

DUARTE, Érico; WESZ JUNIOR, Valdir. **Política externa, defesa e segurança internacional: a inserção internacional do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

BRASIL. Estado Maior da Armada. **EMA-301 Fundamentos Doutrinários da Marinha**. DF: EMA, 2023.

BRASIL. Estado Maior da Armada. **EMA-310 Estratégia de Defesa Marítima**. DF: EMA, 2023.

FAYOL, Henri. **Administração Industrial e Geral: previsão, organização, comando, coordenação e controle**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. **International Norm Dynamics and Political Change**. International Organization, v. 52, n. 4, 1998, p. 887-917.

FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUKUYAMA, Francis. **State-Building: Governance and World Order in the 21st Century**. Ithaca: Cornell University, 2004.

GADDIS, John Lewis. **On Grand Strategy**. New York: Penguin, 2018.

GEORGE, Alexander L.; SIMONS, William E. **The Limits of Coercive Diplomacy**. 2. ed. Boulder: Westview, 1994.

GRAY, Colin S. **Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and the Evidence of History**. London: Routledge, 1992.

HAASS, Richard N. **A World in Disarray: American Foreign Policy and the Crisis of the Old Order**. New York: Penguin, 2017.

HATTENDORF, John B. **The Influence of Sea Power on the State: A Historical Perspective**. Annapolis: Naval Institute, 2000.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o estado: a teoria e a política das relações civis-militares**. São Paulo: Record, 1996.

IKENBERRY, G. John. **Liberal Order and Imperial Ambition: Essays on American Power and World Politics**. Cambridge: Polity, 2001.

JONES, Seth G. e LIBICKI, Martin C. **Improving U.S. Counterinsurgency Operations: Lessons Learned from Afghanistan**. Santa Monica: RAND Corporation, 2008. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/monographs/MG741.html>. Acesso em: 09 ago. 2024.

JORDAN, Robert S. **Diplomacy and Defense: The Role of Diplomacy in National Security Policy**. 1979.

KANT, Immanuel. **À Paz Perpétua**. Tradução de Marco Antônio de A. Zingano. São Paulo: L & PM, 1989.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. 3. ed. Boston: Longman, 2001.

KHALILZAD, Zalmay; ORLETSKY, David T. e outros. **The United States and Asia: Toward a New U.S. Strategy and Force Posture**. Santa Monica: RAND Corporation, 2013. Disponível em: [https://www.rand.org/pubs/research\\_reports/RR022.html](https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR022.html). Acesso em: 09 ago. 2024.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 1994.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **A defesa da política externa: reflexões e testemunhos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009.

LAMY, Steven. **Contemporary International Relations: Frameworks for Understanding**. Boston: McGraw-Hill, 2004.

LAWRENCE, Paul R.; LORSCH, Jay W. **Organization and Environment: Managing Differentiation and Integration**. Boston: Harvard University, 1967.

LESER, Raúl do Valle. **A política de defesa do Brasil: uma análise crítica**. São Paulo: UNESP, 2009.

LESSA, Antônio Carlos. **O Brasil e a segurança internacional: entre a tradição e a inovação**. Brasília: IBRI, 2010.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Instituições democráticas e política exterior**. Contexto Internacional, vol. 22, n. 2, Rio de Janeiro, 2000, p. 263-303.

LIMA, R. C. **A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma grande estratégia inconclusa**. São Paulo: Unesp, 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. 4. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton, 2003.

MINTZBERG, Henry. **Structure in Fives: Designing Effective Organizations**. NJ: Prentice Hall, 1983.

MINTZBERG, Henry. **The Structure of Organization Design**. NJ: Prentice Hall, 1979.

MORAVCSIK, Andrew. **The Choice for Europe: Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht**. Ithaca: Cornell University, 1998.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: IPRI, 2003.

MOTTA, Paulo Roberto; SCHMITT, Valentina Gomes Haensel; VASCONCELLOS, Carlos Antonio Raposo de (Org.). **Desafios gerenciais em defesa**. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p. 83-101.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

NYE, Joseph S. **Get Smart**. Foreign Affairs, vol. 88, n. 4, 2009, p. 160-163.

NYE, Joseph S. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Democracia e defesa nacional: a criação do ministério da defesa na presidência de FHC**. Barueri: Manole, 2005.

ONUF, Nicholas. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina, 1989.

PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. **Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 181-200.

- POSEN, Barry R. **Restraint: A New Foundation for U.S. Grand Strategy**. Foreign Affairs, 2015.
- PUGH, Michael. **The Political Role of the Navy: An Analysis of Naval Power in the Post-War World**. London: Croom Helm, 1985.
- RAWLS, John. **The Law of Peoples: With “The Idea of Public Reason Revisited”**. Cambridge: Harvard University, 1999.
- ROBBINS, S. P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2009.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Mariana Gisela (Orgs.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Unesp, 2018.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **O lugar do Brasil no sistema internacional: dimensões de política externa e de segurança**. Brasília: UnB, 1996.
- SCHMITT, Olivier. **Allies that count: junior partners in coalition warfare**. Washington: Georgetown University, 2014.
- SCHWARZ, Benjamin C. **Diplomacy and War: The Case of Korea**. Santa Monica: RAND Corporation, 1993.
- SCOTT, W. Richard. **Organizations: Rational, Natural, and Open Systems**. 5. ed. NJ: Prentice Hall, 2003.
- SHARP, Paul. **Diplomatic Theory of International Relations**. Cambridge: Cambridge University, 2009.
- SHLAPAK, David A.; JOHNSON, Michael W. **Reinforcing Deterrence on NATO’s Eastern Flank**. Santa Monica: RAND Corporation, 2016. Disponível em: [https://www.rand.org/pubs/research\\_reports/RR1253.html](https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR1253.html). Acesso em: 09 ago. 2024.
- SLOAN, Geoffrey. **Geopolitics, Geography and Strategic History**. London: Routledge, 2017.
- TAYLOR, Frederick Winslow. **The Principles of Scientific Management**. New York: Harper & Brothers, 1911.
- TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century**. London: Routledge, 2004.

TURNER, Warren J. **The Integration of Diplomacy and Defense in National Security Policy**. RAND Corporation, Santa Monica, 1969.

TRUBOWITZ, Peter. **Politics and Strategy: Partisan Ambition and American Statecraft**. Princeton University, 2011.

VIOLA, Eduardo; LIMA, Jean Grugel; LEIS, Héctor. **Relações internacionais e globalização: a política externa do Brasil de 1930 a 2000**. São Paulo: Saraiva, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

WALT, Stephen M. **The Origins of Alliances**. Ithaca: Cornell University, 1987.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WENDT, Alexander. **Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics**. *International Organization*, v. 46, n. 2, 1992, p. 391-425.

WINDSOR, Philip. **Diplomacy and Military Power: Complementary Instruments in National Strategy**. RAND Corporation, Santa Monica, 1965.

WHITE, Kenton. **Diplomacy and Defense in the Age of Hybrid Warfare**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

WILSON, Woodrow. **The New Freedom: A Call for the Emancipation of the Generous Energies of a People**. New York: Doubleday, 1913.

ZANINI, Maria Catarina et al. **Defesa Nacional e Relações Internacionais: novos enfoques**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.